

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA

A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria da Costa Barreto

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

F383e

Ferreira, Alice Aparecida Costa Turetta.

A educação infantil em tempo integral no município de São Mateus/ES / Alice Aparecida Costa Turetta Ferreira – São Mateus - ES, 2020.

79 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Educação infantil. 2. Tempo integral. 3. São Mateus - ES. I. Barreto, Sônia Maria da Costa. II. Título.

CDD: 370.112

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO
DE SÃO MATEUS/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 29 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



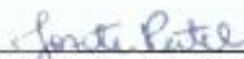
Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Jocetiel Dias da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Emanuel (in memoriam) e Leila, minha filha Sofia e meu esposo Genilson que são as motivações da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar nessa caminhada.

Aos meus pais Leila e Emanuel (in memoriam) que desde cedo me ensinaram a importância de estudar. Obrigada pelas palavras de incentivo e apoio.

Ao meu marido Genilson pela parceria e minha filha Sofia, por compreender minha ausência no convívio familiar.

À Professora Dra. Sonia Maria da Costa Barreto, pelo carinho e atenção. Obrigada por suas contribuições no direcionamento dessa pesquisa.

Aos meus colegas do Mestrado, pela partilha de saberes.

Aos educadores da Rede Municipal de Ensino de São Mateus que contribuem construindo uma Educação Infantil de qualidade.

"[...] que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós".

Manoel de Barros

RESUMO

FERREIRA, ALICE APARECIDA COSTA TURETTA, **A Educação Infantil em Tempo Integral no Município de São Mateus/ES**. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

Na presente pesquisa, analisamos como a Educação Infantil em Tempo Integral tem sido desenvolvida em quatro CEIMs de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de São Mateus/ES, na visão de diretores, pedagogos, professores e pais de alunos. Nesse contexto, o objetivo foi verificar como a escola desenvolve a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus/ES considerando a proposta pedagógica. Através de pesquisa de campo, qualitativa com caráter exploratório, analisamos as propostas em Tempo Integral e sua concepção social. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas e pela análise de documentos oficiais, levando em conta todo o contexto da escola. Diante destas questões, percebemos que nos CEIMs pesquisados o destaque para a ampliação do tempo escolar, é o de somente ampliar o tempo de permanência dos alunos e não oferecer uma educação integral em Tempo Integral, articulada aos saberes e pautada em suas vivências e experiências. Portanto, a Educação Infantil em Tempo Integral necessita de um olhar diferenciado, como currículo articulado com atividades diversificadas, que não sejam apenas divididos em turno e contraturno, mas repensar o Projeto Político Pedagógico, a prática dos professores e a melhor organização e otimização do tempo. É preciso incentivar atividades em outros espaços com a interação entre escola e comunidade, permitindo sugestões dos alunos de acordo com seu interesse, possibilitar o uso das tecnologias e relacionar de maneira significativa as aprendizagens escolares aos saberes das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Tempo Integral. São Mateus/ES.

ABSTRACT

FERREIRA, ALICE APARECIDA COSTA TURETTTA, **Full-time early childhood education in the city of São Mateus/ES**. 79 f. Dissertation (Master's Degree in Science, Technology and Education) - Vale do Cricaré College, São Mateus, 2020.

In this research, we analyze how Full-Time Early Childhood Education has been developed in four Full-Time CEIMs of the Municipal Teaching Network of São Mateus/ES, in the view of principals, pedagogues, teachers and parents of students. In this context, the objective was to verify how the school develops the full-time demand of the Early Childhood Education Centers of São Mateus/ES considering the pedagogical proposal. Data collection was performed through field research, semi-structured interviews and the analysis of official documents, taking into account the entire context of the school. In view of these issues, we noticed that in the CEIMs studied the highlight for the expansion of school time, is to only increase the length of stay of students and not offer a full-time education, articulated to knowledge and based on their experiences and experiences. Therefore, Full-Time Early Childhood Education needs a differentiated look, as an articulated curriculum with diversified activities, which are not only divided in shift and countershift, but rethink the Political Pedagogical Project, the practice of teachers and the best organization and optimization of time. It is necessary to encourage activities in other spaces with the interaction between school and community, allowing suggestions from students according to their interest, enabling the use of technologies and significantly relating school learning to children's knowledge.

Keywords: Early Childhood Education. Full-time. São Mateus/ES.

LISTA DE SIGLAS

AEC	Associação Escola Comunidade
ASG	Auxiliar de Serviço Geral
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CBIA	Centro Brasileiro da Infância e Adolescência
CEB	Câmara de Educação Básica
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
CEMIT	Centro de Educação Municipal Infantil em Tempo Integral
CEUNES	Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNDE	Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESBEM	Instituto Espírito-Santense de Bem-Estar Social
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
INEP	Instituto Educacional de Ensino Profissionalizante
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa de Autonomia Financeira Escola
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAUFÉ	Programa Dinheiro Direto na Escola
PRP	Partido de Representação Popular
RCNEI	Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil
SME	Secretaria Municipal de educação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
3 PERCURSO METODOLÓGICO	24
4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	29
4.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM SÃO MATEUS/ES	32
4.2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NOS CEIMS PESQUISADOS	35
4.2.1 Perfil das famílias dos alunos atendidos	37
4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP	39
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
5.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: PROPOSTAS COMO PRODUTO FINAL	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	69
APÊNDICE A – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Egidio Bordoni .	69
APÊNDICE B – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Pequeno Príncipe	70
APÊNDICE C – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Claudia Scarinzi	71
APÊNDICE D – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Paulo Freire	72
APÊNDICE E – TCLE para os responsáveis pelo sujeito da pesquisa	73
APÊNDICE F – Entrevista – Coordenador Municipal de Educação Infantil – Secretaria de Educação – São Mateus/ES	74
APÊNDICE G – Entrevista – Diretor do CEIM	75
APÊNDICE H – Entrevista – Pedagogo	76
APÊNDICE I – Entrevista – Professor	77
APÊNDICE J – Entrevista – Responsáveis	78
ANEXOS	79
ANEXO A – Autorização para realização da Pesquisa – Secretaria de Educação – São Mateus/ES	6

1 INTRODUÇÃO

A oferta para crianças de zero a cinco anos uma educação em Tempo Integral, que cumpre papel assistencialista em atender pais que deixam seus filhos na escola porque precisam trabalhar ou o papel da escolarização – quanto mais cedo o ingresso, melhor. Nesse sentido, a ampliação do tempo escolar tem a intenção de resolver, em parte, o problema da desigualdade social. Para que a escola assuma o ensino em Tempo Integral, é necessário que tenha em seu planejamento para execução, programa que atenda a essa modalidade. Assim, pretendemos pesquisar: De que forma a escola desenvolve a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus para melhor atender os alunos da rede?

A discussão acerca dessa questão é muito importante para compreender como a educação em Tempo Integral tem sido tratada. Tal questão nos inquieta, uma vez que envolve discussões sobre Educação Infantil em Tempo Integral, especificamente no município de São Mateus/Espírito Santo, tendo em vista a nossa experiência como docente desde 2002 nesse segmento o que me aproxima das dificuldades enfrentadas.

Na busca por respostas ao questionamento, o Objetivo Geral deste estudo pretende:

- Verificar como a escola desenvolve a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus/ES, considerando a proposta pedagógica.

Para alcançar o Objetivo Geral são necessários os seguintes Objetivos Específicos:

- Conhecer os desafios da Educação Infantil no aspecto curricular da Educação Infantil em Tempo Integral;
- Descrever como os diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas;

- Analisar o Projeto Político Pedagógico da educação em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus/ES;
- Discorrer acerca do perfil das famílias dos alunos que frequentam essa modalidade de ensino;
- Propor ações para a educação em Tempo Integral nos CEIMs de São Mateus/ES.

A Educação Infantil em São Mateus/ES teve início na década de 1950, com a fundação do Jardim de Infância Professora Carmelina Rios, localizado no bairro Sernamby, em homenagem à primeira mateense que se formou normalista. Era a única pré-escola mantida pelo Estado e atendia crianças somente em um turno. Tinha como o enfoque o assistencialismo, que era a ação complementar à escola.

Em 1968, foi construído o Centro de Educação Infantil, conhecido como “Lar da Criança” situado no bairro Santa Tereza, através de um convênio firmado entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e um casal de missionários italianos Egidio e Luigia Bordoni, residentes na cidade. Em 1º de outubro de 1970, o casal fundou a Associação de Moradores Nova Esperança. Através de amigos da Itália, buscou recursos financeiros e humanos para manter o atendimento às crianças. Com o passar dos anos, o número de creches foi ampliado. Assim como afirma Kuhlmann (1998):

[...] a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens (KUHLMANN, 1998, p. 77).

Com supervisão e dedicação do casal, a Prefeitura de São Mateus/ES firmou convênio com a Associação, repassando verba para manutenção e assistência das unidades de ensino até o ano de 2009, quando o convênio foi rompido. O atendimento para crianças de dois a seis anos acontecia em horário integral, com atividades da grade curricular para cada nível e outras que envolviam: balé clássico e cerâmica.

De acordo com o Plano Municipal de Educação do Município (PME) de São Mateus (2015, p. 32):

Em 2009, a educação infantil no município, passou a ser parte integrante da Educação Básica. Assim, a municipalidade passa a receber verba do

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Desde então, a gestão da educação infantil passa a ser coordenada pela Secretaria Municipal de Educação.

Após essa fase, as crianças passaram a ser assistidas pela Prefeitura Municipal de São Mateus/ES, terminando assim, uma parceria que muito contribuiu para o crescimento da Educação Infantil do município de São Mateus/ES.

Atualmente, a concepção de escola de Educação Infantil em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Mateus tem enfrentado muitos desafios. Não há uma proposta pedagógica voltada para a educação em Tempo Integral. O aluno permanece no CEIM durante dez horas diárias, recebe quatro refeições e há um momento de descanso de uma hora e meia depois do almoço. Segundo Cavaliere¹ (2007), há quatro concepções de escola em Tempo Integral: a visão assistencialista, como uma escola para desprivilegiados, para suprir as deficiências de formação dos alunos; a visão autoritária para evitar que os alunos se envolvam com a criminalidade; a visão democrática, pois oferece aos alunos conhecimento cultural e a visão multissetorial onde proporciona educação fora da escola, em outros espaços.

A educação em Tempo Integral está vinculada à ampliação da jornada em diferentes níveis de ensino. Atualmente tem se discutido que essa ampliação é fundamental, porém não é o suficiente. Precisamos fazer com que a escola em Tempo Integral ganhe qualidade através da formação dos professores. Quando a Constituição de 1988 diz que a criança tem direito à educação, ela não se remete ao direito à escola. Portanto a educação não pode acontecer somente dentro da escola mas, também em outros espaços.

Nos reportando à Resolução CNE/CEB nº 04/2010 ela define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica evidencia que os Sistemas Educacionais devem definir o programa das escolas em Tempo Integral e acompanhar a qualidade da quantidade do tempo diário de permanência do aluno escola.

¹ Cavaliere, durante dez anos, realizou seus estudos com entrevistas com Secretarias de Educação, escolas e professores, identificou quatro concepções de escola em Tempo Integral. A visão assistencialista onde a escola substitui a família, ela não é um espaço para aprendizagem e sim um local para atendimento; a visão autoritária onde a formação é para o trabalho, com rotinas rígidas mesmo no ensino fundamental para prevenção à criminalidade; a visão democrática que proporciona ao aluno um tempo maior para aprofundamento dos conhecimentos e a visão multissetorial realizada tanto na escola como fora dela.

Art. 12 [...] § 1º Deve-se ampliar a jornada escolar, em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens. § 2º A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados (BRASIL, 2010a).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 26 de junho de 2014, terá validade de dez anos e estabelece 20 metas a serem atingidas nesse tempo. O documento prevê a ampliação ora citada, recomendando que as escolas levem seus alunos para outros espaços: públicos, do terceiro setor ou privado, ou seja, espaços não formais. A Meta 6 do PNE (2014) propõe oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica até o ano de 2024.

Segundo Cavaliere (2007), uma educação em Tempo Integral de qualidade precisa de três elementos: o primeiro é a ampliação do tempo de permanência da criança na escola. No Brasil as crianças passam em média quatro horas, pouco tempo para aprendizagem. O segundo elemento é a ampliação de tipos de aprendizagens, pois não é somente ampliar a carga horária das disciplinas e sim pensar na diversidade do currículo de diferentes formas e habilidades a desenvolver. E o terceiro elemento é a ampliação dos espaços de aprendizagens, porque somente a escola formal não consegue oferecer as necessidades que uma criança precisa para uma formação plena.

A Educação em Tempo Integral não está atrelada somente ao tempo de permanência do aluno na escola mas também a uma reestruturação dos ambientes de aprendizagem e do currículo, incluindo atividades que auxiliem no desenvolvimento intelectual, físico, cultural e social da criança. Para que isso aconteça, é necessário que as escolas tenham estruturas físicas adequadas. Precisam ter locais específicos para cada atividade.

Para tal, buscamos alguns autores e os seus conceitos acerca da Educação em Tempo Integral: Moacir Gadotti (2009): engloba em um mesmo espaço educação escolar, saúde, esporte, creche, educação para o trabalho, proteção especial à criança e desenvolvimento comunitário, para que os alunos se sintam motivados a permanecerem na escola por Tempo Integral; Vitor Paro (1988): possível contribuição

dessa escola para a democratização do saber e suas implicações para solução de problemas sociais que se localizam num nível mais amplo; Ana Maria Cavaliere (2018): a ampliação das funções da escola permite que cumpra melhor seu papel sócio-integrador e Vania Carvalho Araújo (2015): reflexões sobre a emergência da oferta e ampliação da Educação Infantil em Tempo Integral, cujas leituras e conceitos facilitam a nossa escrita e melhor compreensão sobre o tema. Procuramos tecer alguns diálogos com autores que pesquisam a educação em Tempo Integral enfocando a Educação Infantil.

Dentro dessa perspectiva, Paro (1988) faz críticas as escolas em Tempo Integral pois ela coloca-se como instrumento de universalização da educação para as camadas mais necessitadas. Em consonância com os autores, ora descritos, Cavaliere (2007) afirma que durante o século XX, o tempo de escola no Brasil foi sofrendo poucas mudanças em sua definição. Devido a escolarização da população, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a regulamentação das leis de trabalho o tempo foi determinado pela necessidade da sociedade. Araújo (2015) aponta que a experiência da educação integral na Educação Infantil foca na ampliação do tempo de permanência da criança na escola e estudos e pesquisas são necessários para reflexões e análises.

Tendo em vista a pertinência do nosso objeto de estudo, a pesquisa está voltada para a Educação Infantil em Tempo Integral no município de São Mateus/ES. Através de pesquisa de campo, precisamos entender as propostas em Tempo Integral e sua concepção social, bem como analisar como a Educação Infantil tem sido compreendida nos quatro Centros de Educação Infantil que atendem essa modalidade.

Este trabalho, para melhor ser compreendido, está assim, organizado: Capítulo 1 – Introdução: apresenta o tema, a justificativa, os objetivos, os principais autores que recorreremos e a metodologia utilizada, apresentando o objeto e local da pesquisa. Capítulo 2 – Fundamentação Teórica: apresenta a Educação Infantil em Tempo Integral no Brasil, além de outros autores que se dedicaram ao assunto, nos permitindo considerar particularmente no município de São Mateus/ES. Capítulo 3 – Metodologia: apresenta o delineamento metodológico, abordando a natureza do

estudo, o contexto e sujeitos pesquisados em quatro CEIMs em Tempo Integral no município de São Mateus. Capítulo 4 – Permite apresentar o ideal de Educação em Tempo Integral no Brasil e o que é aplicado e desenvolvido nos CEIMs em São Mateus/ES. Capítulo 5 – Com base no perfil dos alunos, o que prescreve o PPP e as entrevistas à comunidade escolar, apresentamos como a Educação Infantil em Tempo Integral é organizada nas unidades escolares. Os resultados, representados, serão melhor compreendidos pelo leitor, uma vez que as contribuições dessa prática para a educação de qualidade e os aspectos considerados pelos sujeitos participantes da pesquisa, são essenciais à qualidade do trabalho. Após, seguem as Considerações Finais, Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A defesa da escola pública e de qualidade com atividades práticas dentro e fora da sala de aula são algumas das iniciativas que Anísio Teixeira propôs para construção de um país melhor e que oferecesse oportunidades iguais para todos. Sua percepção sobre escola de qualidade era que alternasse atividade cognitiva e intelectual com atividades esportiva, artística e recreação. O modelo ideal de educação era estimular o talento dos alunos, prepará-los para o trabalho e oferecer um aprendizado que garantisse um ingresso nas universidades.

Segundo Nunes (2001, p. 11):

Anísio Teixeira, um dos mentores do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, entendia que o Programa de Educação deveria ter Leitura, Aritmética, Escrita, Ciências Físicas e Sociais, Artes Individuais, Desenho, Música, Dança, Educação Física, Saúde e Alimentação. Era contra um sistema de educação que formasse apenas a elite e que deixasse de fora a grande maioria da população – a classe mais pobre.

Na década de 1950, Anísio Teixeira conseguiu colocar em prática o modelo de “Escola Nova” em Salvador, no Centro Educacional “Carneiro Ribeiro” na Escola Parque. Entretanto, somente na década de 1960, surge um modelo mais evoluído, inspirado numa experiência de Brasília, no início da construção da nova capital do Brasil. Nas escolas Parque e Classe os alunos estudavam em Tempo Integral e participavam de várias atividades extracurriculares, de acordo com relato de Teixeira, 1997:

[...] haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança [...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997, p. 243).

Ainda segundo Nunes (2001, p. 12), o então Presidente Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956 – 31 de janeiro de 1961) convoca Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro

e Cyro dos Anjos para criar o “Plano Humano” de Brasília. Nesta época, Anísio Teixeira era Presidente do INEP, Instituto Educacional de Ensino Profissionalizante, órgão do Ministério da Educação. Essa comissão organizou o sistema educacional da capital para ser modelo para todo o Brasil. Esse projeto previa a construção de 22 Escolas Parque, para que atendesse o maior número de crianças da periferia na escola em Tempo Integral. Para Anísio Teixeira, somente com educação seria possível transformar o homem e promover o seu desenvolvimento na integralidade. Porém, apenas cinco escolas parque foram construídas na capital do país, devido a uma modificação no sistema de ensino na época.

Conforme Faria (2017), no governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, na década de 1980, surgem os CIEPs, Centros Integrados de Educação Pública, sob coordenação de Darcy Ribeiro (1922 -1997), antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos indígenas e à educação no país. A história do CIEP começa no Rio Grande do Sul, no final da década de 1950, quando o então governador Leonel Brizola implementou o Projeto Educacional “Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul”, que expandiu a rede de escolas daquele Estado. Em 1982, foi eleito para o seu primeiro mandato como governador do Rio de Janeiro, quando apresentou o projeto do CIEP e junto com ele estavam o então vice governador Darcy Ribeiro e o idealizador dos prédios, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Segundo Cavaliere (2003), o primeiro de uma total de 506 CIEPs, foi inaugurado em 1985. O prédio produzido em larga escala, era feito de estrutura modular, o que acelerava e barateava a sua construção, com espaços amplos, bibliotecas, quadras de esportes e grandes refeitórios. Os alunos chegavam às 8 horas e saíam às 17 horas. O turno da manhã era de aulas regulares e à tarde havia a prática esportiva, educação artística, oficinas de leitura, horta e acompanhamento de estudos. Moradores da comunidade eram contratados para trabalharem como auxiliares dando para a escola e para a comunidade, uma relação de proximidade e pertencimento.

Contudo, os CIEPs foram um projeto educacional de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro, que os considerava "uma revolução na educação pública do País" a fim de atender as prerrogativas legais, de obrigatoriedade de matrícula. Não é por acaso que as redes municipais e estaduais atuam em três turnos, fazem com que um

único prédio seja usado, como se fossem duas ou três escolas diferentes suprindo a oferta de vagas sem a necessidade da construção de novas unidades. Mesmo assim, o programa dos CIEPs seguiu em frente, porém com dificuldades tendo em vista as sucessivas crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, sendo cancelada em 1994, no governo de Marcelo Alencar. O modelo de escola em Tempo Integral foi substituído pelo de três turnos e as unidades ficaram sucateadas fisicamente. Com o passar do tempo, muitos CIEPs foram municipalizados e poucos se mantiveram em horário integral.

Todas estas experiências e concepções de educação integral partem do princípio da necessidade de uma educação mais completa para o ser humano. Porém, essas investidas não foram suficientes para implantação da escola em Tempo Integral.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, embora não adote a expressão “Educação Integral” ao se referir à educação, se expressa no Art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

A LDB nº 9.934/96, traz à tona, de forma literal, a discussão em torno da relação entre a formação integral do educando e o tempo na escola:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei. § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. [...] Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei. [...] § 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Pelo novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), metade das escolas públicas do país, tem até 2024 para garantir o atendimento de pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

[...] com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo,

com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola (BRASIL, 2014).

Sobre esse questionamento, Cavaliere (2007, p. 1021) comenta:

Com todas as cautelas necessárias, os resultados positivos das pesquisas que relacionam tempo e desempenho escolar e a percepção de que a escola pode ser uma instituição mais eficiente, em sua função socializadora, encorajam e dão suporte às políticas de ampliação do tempo.

A educação em Tempo Integral não é somente mais tempo na escola, pois ao ampliar o tempo, precisamos pensar quais são as oportunidades de educação que devemos promover. Educação em Tempo Integral não é uma modalidade de ensino, é uma concepção de educação, que coloca o aluno no centro do processo e busca o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões física, cultural, emocional, intelectual e social.

Um dos marcos da educação integral no Brasil foi o Programa Mais Educação, criado pelo Governo Federal pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência. Este programa garante o acesso à educação integral a estudantes de Ensino Fundamental da rede pública. A prioridade de atendimento são alunos em condição de vulnerabilidade social. O programa é uma estratégia indutora para construção da política de educação integral. Através do Programa Dinheiro Direto na Escola, o Ministério da Educação e o Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação – FNDE levam recursos às escolas, para que as mesmas se organizem e ampliem as atividades oferecidas às crianças tendo como foco o acompanhamento pedagógico mas também oferecem outras oportunidades no campo da cultura, arte, esporte, novas tecnologias. É preciso garantir acesso, permanência e aprendizagem significativa.

Esse programa ainda precisa ser aperfeiçoado – grande maioria das escolas não tem espaço adequado como quadras esportivas, refeitórios e laboratório, pois não foram pensadas para receber alunos em Tempo Integral, é necessário ampliar esses espaços para oferecer atividades compatíveis ao tempo estabelecido.

Porém, a Constituição (1988), define creche/pré-escola como direito da família e dever do Estado. Determina também que os municípios é que devem atuar de maneira prioritária no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (Art. 211, § 2º, CF).

O acesso ao direito constitucional à educação inicia com a Educação Infantil, que deve ser ofertado em creches e pré-escolas, às crianças até cinco anos de idade, nos termos do Inciso IV do Art. 208 da Constituição. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, firmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. O Art. 54, Inciso IV, determina que o Estado deve assegurar "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". Em 1994, o Ministério da Educação, estabeleceu metas através da Política Nacional de Educação Infantil, como expansão de vagas e melhoria no atendimento às crianças.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96, regulamenta o sistema educacional (público ou privado) no Brasil (da educação básica ao ensino superior), e estabelece a formação do profissional em nível superior. Segundo a LDB, a Educação Infantil – creches (de zero a três anos) e pré-escolas (quatro a cinco anos), é gratuita mas não, obrigatória. É de competência dos municípios, sendo a primeira etapa da Educação Básica. Constata-se que a legislação atual assegura o direito à educação às crianças de zero a cinco anos de idade, que deve ser garantido através do acesso a creches e/ou pré-escolas. Porém, não há garantia de Educação Infantil em período integral.

Em 1998, o Ministério da Educação publicou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Este documento contribuiu de forma contundente para a formulação de diretrizes e implantação de práticas educativas de qualidade.

Em 2001, foi aprovada a Lei 172/2001 – Plano Nacional de Educação, que estabelecia as metas para todos os níveis de ensino até o ano de 2010. Para a Educação Infantil foram estabelecidas 26 metas. O ano de 2006 foi definido como o ano da Política Nacional de Educação Infantil, com diretrizes, objetivos, metas e estratégias para esse segmento. Com a valorização da Educação Infantil, passou-se a exigir dos profissionais que trabalham com essa faixa etária, uma formação inicial sólida e a constante atualização em serviço, reconhecendo estes como importantes fatores para a promoção de padrões de qualidade na educação.

Apesar de não existir lei que garanta o período integral na Educação Infantil, o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) prevê como meta da educação que seja

implementado o ensino infantil integral. O Plano Nacional de Educação de 2014 tem vigência por dez anos, conforme dispõe o Art. 1º da Lei n. 13.005/14.

No entanto, não basta somente alcançar metas quantitativas e sim buscar uma nova configuração do trabalho pedagógico realizado nas escolas que funcionam em Tempo Integral. Conforme Cavaliere (2009), a questão da permanência das crianças no espaço escolar, aponta para duas vertentes sobre a ampliação do tempo.

[...] uma que tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma que possam oferecer condições compatíveis com a presença de alunos e professores em turno integral, e outra que tende a articular instituições e projetos da sociedade que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar, mas, preferencialmente, fora dele (CAVALIERE, 2009, p. 52).

Segundo Gadotti (2009), falar em educação em Tempo Integral seria uma redundância, pois na convivência do dia a dia com a família, há sempre uma constante aprendizagem. Porém, a educação em Tempo Integral pode oferecer atividades distintas do que se tem ensinado nas escolas de horário parcial.

[...] a escola de tempo integral deve proporcionar estudos complementares e atividades de esporte, cultura, lazer, estudos sociais, línguas estrangeiras, cuidados de saúde, música, teatro, cultivo da terra, canto, ecologia, artesanato, corte e costura, informática, artes plásticas, potencializando o desenvolvimento da dimensão cognitiva e ao mesmo tempo afetiva e relacional dos alunos, entre outras (GADOTTI, 2009, p. 38).

Portanto, a educação em Tempo Integral é uma nova abordagem curricular que deve proporcionar um espaço com atividades pedagógicas para expandir o conhecimento do aluno. A proposta pedagógica da educação em Tempo Integral ultrapassa o conceito de fragmentação dos conhecimentos. Nesse sentido, há muitos desafios que só podem ser superados quando se tem uma união de forças através do setor público, setor privado e organizações da sociedade civil para se pensar em políticas públicas. Pelo formato do nosso sistema federativo, então cada Município e cada Estado tem autonomia para desenhar sua política de educação em Tempo Integral no qual precisa oferecer espaços dentro e fora da escola com parcerias entre secretarias (Educação, Cultura, Esporte, Assistência Social) para ampliar essa oferta. É possível pensar dentro de uma mesma rede de ensino, diferentes modalidades de educação em Tempo Integral: dentro da escola, com parcerias entre Organizações Não-Governamentais e escolas e através do uso de espaços públicos.

Entretanto, Moll (2009, p 18) ressalta que:

De nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. E é, nesse contexto, que a educação integral emerge como uma perspectiva capaz de ressignificar os tempos e os espaços escolares.

Ao mesmo tempo que oportunizamos o direito à educação ampliando o número de horas diárias, precisamos reinventar o modo como esse processo educativo acontece. Conforme CAVALIERE (2010, p. 8), há algumas questões acerca da ampliação do tempo enfocando a relação entre a escola e seu entorno.

As dificuldades encontram-se no fato de que as comunidades que mais necessitam da integração da escola com o seu entorno, são as comunidades populares, situadas, em geral, em regiões empobrecidas, sem recursos e equipamentos urbanos, públicos ou privados, o que faz com que a busca por novos espaços e parceiros sócio-educacionais, que possam irrigar a escola e ligá-la à vida comunitária, represente uma dificuldade às vezes incontornável.

É importante ressaltar em que medida a educação em Tempo Integral se coloca como instrumento da universalização da educação e considerar qual é o papel que as instituições escolares em Tempo Integral cumprem na sociedade.

[...] quaisquer propostas que se façam a respeito da extensão da diária da escolaridade não podem deixar de dar prioridade, de fato, à universalização da escola, em termos de acesso, permanência e efetiva apropriação de parcela significativa do saber sistematizado para as amplas camadas de trabalhadores, já que este deveria ser um direito elementar de cidadania, mas vem sendo insistentemente negado à grande maioria da população brasileira (PARO et al., 1998, p. 14).

Contudo, a ampliação do tempo nas instituições de Educação Infantil, foi construído através da reivindicação das famílias devido a trajetória assistencialista, rotulando as crianças como “carentes” do Tempo Integral.

[...] se a universalização da educação infantil ainda constitui-se uma luta inacabada, sobretudo se considerarmos a histórica invisibilização das crianças de zero a três anos de idade na sociedade brasileira, quando os olhares se voltam para a expansão da educação em tempo integral em creches e pré-escolas, novas interpelações por políticas públicas surgem no horizonte da reivindicação e da ampliação de direitos (ARAÚJO, 2014, p. 1204).

Nesse sentido, precisamos entender que mesmo que a Educação Infantil seja um direito de todas as crianças, a universalização ainda não é uma realidade brasileira, pois está regulamentada em tempo parcial e tempo integral. O tempo não

é a solução, não adianta a criança ficar mais duas horas na escola. O aumento do tempo ajuda a melhorar o desempenho do aluno, porém depois de um certo número de horas, os resultados são decrescentes. Para melhor desenvolvimento, é preciso circular e ter exposição a diferentes formas e espaços de aprendizagem através de interações sociais.

Assim, a Escola em Tempo Integral é espaço para interação, comunicação no sentido da construção de uma sociedade solidária e fraterna, que respeite e acolha a diferença enquanto enriquecimento da diversidade do ser humano, com conteúdo, pesquisa, atividades que aliam o lúdico como parte integrante do processo educativo e que firme o espaço escolar enquanto locus de exercício da participação de toda a comunidade escolar e construção da cidadania.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

No Brasil, o percentual de matrículas em Tempo Integral da creche foi de 56,6% em 2018. Isso representa uma redução de 2,1 pontos percentuais em relação a 2014. Já na pré-escola, o percentual passou de 11,5%, em 2017, para 11,1%, em 2018. Avaliando a série histórica, há certa estabilidade nos últimos anos. Em São Mateus, conforme dados do INEP (2018), o número de matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil foi de 634, sendo 283 na Creche e 351 na Pré-escola.

Tendo em vista a nossa experiência docente na Educação Infantil, realizamos essa pesquisa no município de São Mateus/ES, localizado no norte do estado do Espírito Santo e fundada no dia 21 de setembro de 1544. É uma das cidades mais antigas do Brasil e preserva até hoje comunidades quilombolas. Era chamada de Povoado de Cricaré. Até o final da década de 1930, pequenos navios aportavam no Porto de São Mateus através do Rio Cricaré, sendo o principal porto negreiro do Brasil Colônia no Espírito Santo.

Sua economia está baseada na oferta de serviços e na exploração e produção de petróleo. No comércio também tem grande destaque na área da agricultura. O município foi classificado como o maior produtor de pimenta-do-reino do Espírito Santo e o terceiro maior de todo o Brasil. A população atual do município ultrapassa 120 mil habitantes (IBGE, 2015).

Tem forte apelo turístico, tanto histórico quanto de temporada. O carnaval de Guriri, principal balneário do município, é um dos mais animados do estado e chega a ser conhecido nacionalmente, recebendo, principalmente, turistas de Minas Gerais.

A cidade conta com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) oferece educação em nível técnico e superior, e o Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), pertencente a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Há também cinco instituições particulares de Ensino Superior, Faculdade Vale do Cricaré (FVC), Multivix São Mateus, Universidade Paulista (UNIP) Polo São Mateus, Universidade do Paraná (UNOPAR) Polo São Mateus e Universidade Cesumar (UniCemar) Educação à Distância, gerando o desenvolvimento científico e tecnológico para o município e região.

Registra 35 Centros de Educação Infantil municipal (CEIMs), dentre os quais, cinco atendem exclusivamente em Tempo Integral e cinco atendem em período

integral e parcial. No entanto, foram selecionados somente quatro CEIMs que atendem em Tempo Integral, para ser desenvolvido o presente estudo, por estarem em total consonância com os objetivos da presente pesquisa. As escolas pesquisadas estão localizadas no eixo central do município. A pesquisa, tem como objetivo verificar como a escola recebe a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus considerando a proposta pedagógica.

Os sujeitos da pesquisa são: 40 profissionais que atuam nos CEIMs que atendem em Tempo Integral, classificados da seguinte forma: quatro professores, um pedagogo e um diretor, como também, uma coordenadora pedagógica que é a responsável pela Educação Infantil do município. A escolha desses quatro professores participantes da pesquisa foi aleatória, pois responderia quem estivesse interessado em fazê-lo, além de 16 pais de alunos e a Coordenadora da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação.

Os quatro diretores são graduados em Pedagogia (Licenciatura Plena), somente um possui pós-graduação *Lato Sensu* na área de educação e outro citou a segunda graduação, em Artes Visuais. Todos os profissionais estão habilitados à docência na Educação Infantil, porém, não há nenhuma formação específica na área de educação em Tempo Integral. Quanto à formação dos pedagogos, três são graduados em Pedagogia e um, em Física e três possuem especialização na área de Gestão Escolar. Dos 16 professores, 14 são formados em Pedagogia e dois em Normal Superior. A coordenadora possui Mestrado em Ensino na Educação Básica.

Dos quatro CEIMs visitados, apenas um atende exclusivamente em Tempo Integral. Os demais dividem-se em 2 e 3 anos em Tempo Integral e 4 e 5 anos em tempo parcial. Todos os sujeitos da pesquisa possuem experiência na Educação Infantil em Tempo Integral. Os participantes dos CEIMs responderam sobre o tempo de serviço na Educação Infantil e especificamente na educação em Tempo Integral representado na Tabela1:

Tabela 1 – Tempo de serviço dos diretores, pedagogos e professores na Educação Infantil e Tempo Integral

Atuação na Educação Infantil	Atuação na Educação Infantil	Atuação em Tempo Integral	Atuação em Tempo Integral
De 1 a 5 anos	12	De 1 a 5 anos	16
De 5 a 10 anos	4	De 5 a 10 anos	6
De 10 a 15 anos	3	De 10 a 15 anos	0
De 15 a 20 anos	1	De 15 a 20 anos	2
Mais de 20 anos	5	Mais de 20 anos	1

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das entrevistas.

Os Centros de Educação Infantil pesquisados estão localizados na zona urbana do município de São Mateus. O CEIM 1 (Egídio Bordoni) foi fundado em 1974 pelo casal de missionários italianos Luigia e Egídio Bordoni, com os recursos dos Governos Municipal e Federal, a extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). A instituição atendia em Tempo Integral aproximadamente 40 crianças de 4 a 6 anos em classes multisseriadas. Atualmente possui seis salas de aula, cozinha com refeitório, quiosque para socialização, sala dos professores e diretora e pátio com parquinho. Cada sala de aula possui banheiro feminino e masculino para as crianças. Atende 108 crianças em tempo integral. O horário de funcionamento é das 7 horas às 17 horas.

O CEIM 2 (Pequeno Príncipe) foi inaugurado em 1989. Atende 93 crianças de 2 a 5 anos. Sendo quatro turmas em Tempo Integral de dois e três anos e duas turmas de tempo parcial de quatro e cinco anos. São nove professores, seis regentes e três de área específica. Possui cozinha, refeitório, seis salas de aula, sala dos professores, sala do diretor, pátio, três banheiros, dois para as crianças e um para os funcionários.

O CEIM 3 (Claudia Scarinzi) está localizada no bairro que nasceu de um lixão atualmente desativado. Foi construída em 2001 com recursos doados por italianos. Atende 82 crianças sendo três turmas de 2 a 4 anos em Tempo Integral e uma turma de cinco anos parcial. Possui cinco salas de aula, refeitório, cozinha, pátio, sala do diretor, sala dos professores, despensa, três banheiros, sendo dois destinados aos

alunos e um para os funcionários. São seis professores regentes e três de área específica.

O CEIM 4 (Paulo Freire) iniciou suas atividades no dia três de fevereiro de 2003 para atender as necessidades das comunidades dos Bairros Vila Verde e Alvorada. A escola possui em sua estrutura física quatro salas de aula, cozinha, área de serviço, despensa, pátio, refeitório e quatro banheiros, sendo dois para as crianças e dois para os funcionários. Atende 120 crianças, sendo 24 em Tempo Integral e 96 parcial. São quinze professores, doze regentes e três de área específica (Educação Física, Artes e Filosofia).

Com relação a pesquisa, se apresenta como qualitativa com caráter exploratório, cuja coleta de dados se dá pela realização de entrevistas semiestruturada e pela análise de documentos oficiais, levando em conta todo o contexto da escola. O primeiro procedimento se dará pelo conhecimento do documento da Rede Municipal de Ensino de São Mateus que propõe e regulamenta a organização das escolas. Posteriormente, para complementar, analisar o Projeto Político Pedagógico das escolas em questão. No terceiro procedimento, conhecer as escolas, realizando uma descrição da estrutura física, quadro de funcionários e história da instituição. Após essa descrição, para concretização do estudo de campo, será utilizado a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, com diretores e professores dos CEIMs em Tempo Integral de São Mateus.

Segundo Gil (2002, p. 56), o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que interrogação. Para Vergara (2003) a pesquisa de campo ou estudo de campo é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Esta pesquisa necessita que o pesquisador esteja no espaço onde o fenômeno ocorre ou ocorreu e organiza todas as informações a serem documentadas.

A pesquisa de campo foi realizada através da análise da Educação Infantil em Tempo Integral, com suporte teórico, cujos principais autores foram: Paro (2009), Gadotti (2009), Cavaliere (2007), Araújo (2014), entre outros. Documentos como a Constituição da República Federativa de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) também contribuíram para a pesquisa.

A preferência por documentos oficiais não foi de maneira aleatória, pois a legislação sobre a Educação Infantil em Tempo Integral é uma fonte de pesquisa muito importante. Para o levantamento dos dados, foram feitas análises em documentos, tais como Leis, Decretos, Resoluções, entre outras.

As entrevistas semiestruturadas com os sujeitos foram registradas para garantir a autenticidade dos depoimentos possibilitando intervenções do pesquisador. Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro, para assim compreender como se dá a organização da Educação Infantil em Tempo Integral nos CEIMs pesquisados. Enfocamos o cotidiano escolar da Educação Infantil em Tempo Integral, os desafios enfrentados por professores, pedagogos e diretores e a visão dos pais/responsáveis pelos alunos

4 EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

Iniciamos este capítulo, esclarecendo a diferença entre Educação Integral e Educação em Tempo Integral. A Educação Integral coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, através de projetos que atendam suas necessidades de desenvolvimento, oferecendo a interação com diferentes linguagens de forma articulada. O professor atua como mediador e garante a intencionalidade educativa. Além da formação intelectual, o aluno também aprende sobre afetividade, as emoções e as relações com outras pessoas, ou seja em todas as dimensões: social, física, cultural, emocional e intelectual.

Segundo o MEC, a Educação Integral pode ser compreendida como:

[...] a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos (MEC, 2015).

A Educação Integral acontece tanto no tempo regular quanto na ampliação da jornada escolar. Contudo, quando se tem mais tempo, conseguimos oferecer uma diversidade maior de oportunidades como nas áreas de esporte, cultura, comunicação, investigação científica, enfim, que possam ajudar o aluno em outras experiências que são formativas, contribuindo assim para o desenvolvimento das competências necessárias e na construção das habilidades.

A partir do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/20140), a Meta 6 se refere a permanência dos alunos na escola: “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira”, assim, a educação integral foi renovada. A legislação ainda prevê que as escolas criem estratégias para estreitar laços entre ela e outros setores que podem

ser públicos, privados e do terceiro setor. A escola pode promover canais com a comunidade; construir canais de comunicação para saber o que acontece na escola; integrar a ação da escola com outras organizações e em diferentes programas sociais e abrir a escola para eventos e atividades de interesse da comunidade.

Entretanto, o que vem acontecendo, na maioria das escolas, é que a Educação em Tempo Integral se resume em apenas atividades curriculares no turno e extracurriculares no contraturno, simplesmente ampliando o tempo do aluno na escola. Para acontecer a Educação em Tempo Integral de fato, é necessário que além da ampliação do tempo, currículo e metodologia estejam integrados privilegiando um espaço escolar transformador.

Paro (2009), sugere que o debate sobre Educação Integral deveria ser anterior à ampliação do tempo escolar:

Da perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é se vale a pena ampliarmos o *tempo* dessa escola que está aí. E a conclusão a que chegamos é que, antes (e este é uma “antes” lógico, não cronológico) é preciso investir num conceito de *educação integral*, ou seja, um conceito que suporte o senso comum e leve em toda a integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira do *tempo integral* porque, para fazer-se a *educação integral*, esse tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta (PARO, 2009, p. 18-19).

A ampliação do tempo escolar tem sido atualmente compreendida como elemento fundamental para uma educação de qualidade a fim de preparar a nossa clientela para inserir-se na classe trabalhadora. É mister da escola pensar o ser humano em todas as suas dimensões: cognitiva, estética, ética, física, social, afetiva, para que seja possibilitada ao aluno uma educação com formação em todos os seus aspectos.

Conforme Moll (2009), a educação em Tempo Integral caracterizou-se pelo:

Reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, e, estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos. A parcialidade e a limitação em questão são agravados por contextos territoriais de vulnerabilidade social que expõem as crianças, adolescentes e jovens às violências simbólicas e físicas que marcam uma sociedade desigual, na qual as possibilidades de acesso à ciência, à cultura e à tecnologia estão vinculadas ao pertencimento a uma classe social (MOLL, 2009, p 13-14).

Atualmente o tempo da escola ainda é o tempo do professor, de seu contrato de trabalho e dos horários estabelecidos para assegurar o seu tempo na escola. É necessário pensar o aluno como centro de todo o processo de ensino-aprendizagem para que possam compartilhar ao máximo as vivências e experiências na escola, inclusive da importante interação entre professor e aluno.

Necessário se faz com que as políticas públicas tenham esse olhar e que as propostas pedagógicas encantem os alunos para estimulá-los na escola, participando de atividades que serão significativas para a sua vida social. Há também a necessidade de ações de mão dupla entre escola e comunidade para melhor ocupação e utilização desses espaços, pensando no aluno, como centro.

Sobre esse aspecto, Anísio Teixeira (1953) já se preocupava:

Não se pode conseguir essa formação em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, estudo, de recreação e de arte (1953, p. 64).

De fato, a maioria das escolas não apresenta estrutura física suficiente para a implantação de projetos ou de extensão de turnos e/ou atividades. Fica desconfortável acolher a todos no mesmo espaço, por isso, é aconselhável que a educação aconteça em outros ambientes.

Mesmo com poucas iniciativas sobre a implementação das escolas em Tempo Integral, a LDB nos mostra no Artigo 34 que a ampliação da jornada escolar do Ensino Fundamental para Tempo Integral, seja de acordo com os critérios de cada estabelecimento de ensino.

Os RCNEIs (Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil), 2001, Tópico 18, cita como um dos objetivos da educação, a ampliação do atendimento em Tempo Integral para a Educação Infantil e enfatiza que este tempo precisa proporcionar inúmeras experiências de aprendizagem e deve ser organizado e planejado.

[...] horário integral implica uma maior responsabilidade quanto ao desenvolvimento e aprendizagens infantis, assim como com a oferta de cuidados adequados em termos de saúde e higiene. Estes horários

estendidos devem significar sempre maiores oportunidades de aprendizagens para as crianças e não apenas a oferta de atividades para passar o tempo ou muito menos longos períodos de espera (RCNEI, Condições Internas, p.65).

Neste sentido, faz-se necessário pensar não somente a organização do tempo e espaço como também em um currículo específico que envolva atividades complementares como dança, música, esporte, articulado com os conteúdos escolares.

Segundo o Art. 37, da Resolução CNE/CEB n 07/2010:

A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, em especial entre as populações socialmente mais vulneráveis.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico deverá contribuir para garantir o acesso ao tempo ampliado de qualidade, possibilitando experiências significativas para os alunos e não somente a extensão da jornada para atender às reivindicações assistencialistas.

4.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM SÃO MATEUS/ES

A história da Educação Infantil em São Mateus, se inicia com a fundação em 1950, do primeiro Jardim de Infância. Somente anos mais tarde, em 1968, a Educação Infantil se concretiza, através do casal de missionários italianos, Luigia e Egidio Bordoni. O Bispo Dom José Dalvit, na época, convidou o casal com o intuito de ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade social e não tinham com quem deixar seus filhos para poderem trabalhar. Após estudos e negociações sobre o assunto em questão, foi fundada a Associação de Moradores Nova Esperança, em 1º de outubro de 1970, com auxílio de grupos de famílias italianas e também através de convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Instituto Espírito-Santense de Bem-Estar Social (IESBEM) e o Centro Brasileiro da Infância e Adolescência (CBIA) com a finalidade de acolher as crianças em risco e vulnerabilidade.

Sobre a parceria com a LBA, Pinto (2005) destaca que:

A LBA foi criada em 1942 e extinta em 1994, tinha por finalidade promover a implantação e execução da política nacional de assistência social, bem como orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executoras dessa política. Em 1977 o Projeto Casulo, implantado pela Legião Brasileira de Assistência, orientava monitoras com formação em segundo grau para coordenarem atividades educacionais que conviviam com medidas de combate à desnutrição (PINTO, 2005, p.62).

Envolvidos por ideais cristãos, o casal se sensibilizou com a situação precária do bairro Santa Tereza (Ponte) e inauguram em outubro de 1968, o Centro de Educação Infantil Municipal Lar da Criança, além de oferecerem às famílias cursos para gestantes, culinária, marcenaria, noções de higiene e pintura.

Segundo Pinto (2005), em fevereiro de 1972, começa a funcionar a primeira escola na Associação Nova Esperança. A turma tinha quinze alunos no Jardim de Infância e vinte na primeira série. Atendia crianças dos bairros Ribeirão e Rodocon. Porém, o casal percebeu que devido à situação carente das famílias, as crianças que frequentavam a escola não eram alimentadas de forma suficiente e foi então, que o casal Bordoni decidiu atender 74 alunos em regime de integral de semi-internato através de um convênio firmado com a LBA. Posteriormente, esse número foi aumentando de forma gradativa a fim de atender um número maior de crianças e adolescentes do município.

Em 1974, a Associação Nova Esperança firma novo convênio com a LBA para manutenção do Centro de Educação Infantil Municipal Nova Esperança e para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Esperança. Tanto o governo municipal quanto o Governo Estadual disponibilizaram funcionários para auxiliar nas atividades administrativas e pedagógicas.

Ainda segundo Pinto (2005), conforme a necessidade das comunidades, as “Creches Casulo” foram se expandindo gradativamente para atender as demandas da comunidade. Havia Creches Casulos administrados pela Associação Nova Esperança que recebiam repasse de verbas da LBA e outros recursos financeiros, além de outras administrados pelo município. Entretanto, era bem nítido que a qualidade das creches atendidas pela Associação Nova Esperança era superior devido à quantidade de merenda oferecida e a qualidade dos materiais didático-pedagógicos. Foi então que em 1985, a Associação Nova Esperança firmou convênio

com a Prefeitura de São Mateus e passou a administrar toda a rede de Educação Infantil do município.

No espaço da Associação Nova Esperança eram atendidos aproximadamente 500 crianças, adolescentes e jovens de três a dezoito anos. Os alunos iniciavam na Educação Infantil e permaneciam até a antiga quarta série do Ensino Fundamental em regime em Tempo Integral. A partir da quinta série, mesmo estudando em outra escola, frequentavam a Nova Esperança no contraturno desenvolvendo atividades como cerâmica, pintura em tecido, crochê, bordado, corte e costura, aulas de tênis e futebol *society*, hortifruticultura, curso de teclado e música, balé, informática e reforço escolar. Além de acompanhar o desenvolvimento educacional dos alunos, essa comunidade oportunizou muitos deles a se tornarem multiplicadores da filosofia da instituição assumindo funções como funcionários em atividades administrativas e pedagógicas.

Com o passar do tempo e por força do Decreto nº 773/2002, os Jardins de Infância e Pré-escola passam a se chamar CEIMs. Em 2009, a Educação Infantil foi inserida no Sistema de Ensino Municipal e a Associação Nova Esperança encerra a gestão, sendo a Secretaria Municipal de Educação responsável pela coordenação dos CEIMs. O crescimento da cidade demandou por mais CEIMs, sem planejamento adequado e sem legislação pertinente para o funcionamento da Educação Infantil em Tempo Integral. Atualmente, o Município de São Mateus mantém 37 CEIMs, tendo como público alvo crianças de 02 a 05 anos de idade.

Em 2014, foi criada a Lei Municipal nº 1.392/2014, que dispõe sobre a criação do regime em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino. Neste documento a Secretaria Municipal de Educação seria responsável pelo funcionamento das unidades escolares e pelo pessoal técnico-administrativo. Já em 2015, através do Decreto nº 7.649/2015, muda a nomenclatura das escolas para incorporar no regime de integralidade do Sistema Municipal de Ensino. Os Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM) ficam denominados Centro de Educação Municipal Infantil em Tempo Integral (CEMIT). Porém, tanto a lei municipal quanto decreto ainda não foram efetivados pois precisam ser regulamentados através de estudos e debates.

4.2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NOS CEIMS PESQUISADOS

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve possibilitar o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, professores, gestores e comunidades locais. Assim, a escola precisa oferecer o ensino formal e o informal para preparar o aluno não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida.

Segundo Cavaliere (2007 p. 1016), a ampliação do tempo pode ser entendida de várias maneiras, tais como:

[...] (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

A educação em Tempo Integral assume o papel de organizadora das múltiplas atividades dentro e fora dos seus muros, pois não é mais considerada o único local de saber. Há necessidade de interação com a comunidade e com o uso de tecnologias, pois é uma proposta contemporânea, alinhada as demandas do século XXI, com foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Tal modalidade pode ofertar inúmeras atividades nos conteúdos do currículo como História, Geografia, Língua Portuguesa, com outras áreas como cultura, teatro, esporte. Mas a escola precisa analisar junto à comunidade quais as necessidades futuras dos alunos e o perfil do cidadão que irá formar. Há uma conjugação de esforços que precisa ser feita para a escolha das atividades a serem apresentadas para as crianças nesse tempo escolar.

São duas as situações que podem ser implementadas na educação em Tempo Integral: que se trabalhe através de oficinas e projetos. No desenvolvimento de oficinas, há necessidade de unir a teoria à prática, e para tal, as escolas precisam estar aparelhadas os alunos viverem diferentes experiências.

Porém, observamos que a maioria das escolas em Tempo Integral não foram projetadas para uma jornada ampliada e sim para o tempo de quatro horas. Sua estrutura não comporta confortavelmente a demanda atendida – não tem banheiros suficientes, refeitórios, biblioteca, área de lazer, brinquedoteca, laboratório de informática e outros, à disposição de professores e alunos. Portanto, se a escola não tem condições para a realização das atividades, podemos usar por exemplo uma praça para que as crianças pratiquem esporte. A comunidade também precisa com seus recursos, acolher as crianças para fazer atividades compartilhadas com a escola. Nos CEIMs pesquisados, o uso dos espaços são explorados de acordo com cada realidade. Mesmo com as orientações dos diretores para que as escolas explorem outros espaços, percebemos que infelizmente a grande maioria não possui diferentes ambientes de aprendizagem, apenas as salas de aula e o parquinho. Muitos CEIMs transformaram as salas de aula em refeitórios e dormitórios.

Entretanto, como enfatiza Cavaliere (2007), os custos da escola em Tempo Integral não equivalem ao dobro do tempo parcial.

Embora pareça óbvio, não é demais afirmar que escolas de tempo integral demandam maiores investimentos iniciais e correntes. Mesmo se considerarmos certas soluções que localizam parte das ações educativas, no regime de tempo integral, fora do espaço escolar, ainda assim os gastos com pessoal, alimentação, transporte e outras necessidades tendem a aumentar. Entretanto, estudos já mostraram que a duplicação da jornada não chega a representar o dobro dos gastos (CAVALIERE, 2007, p. 1024).

De acordo com o calendário da SME, uma vez por mês, diretores, pedagogos e professores reúnem-se em Planejamento Coletivo para discutir as ações ou realizam formação pedagógica oferecida pela Prefeitura. Porém, segundo relato dos professores, esse planejamento se transformou num momento de desabafo dos problemas que a Escola de Tempo Integral enfrenta como falta de estrutura, currículo inadequado, descaso das famílias e questões disciplinares. Enfim, desviando da função de ser efetivamente um espaço para formação e busca da qualidade do trabalho docente. É importante lembrar que os profissionais que atuam nos CEIMs não passaram por formação específica, ainda que seja a proposta da SME de elaborar uma formação diferenciada.

4.2.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS ATENDIDOS

Através de análise das entrevistas com as famílias, percebemos que para os pais dos alunos, a Educação Infantil em Tempo Integral tem o papel de auxiliá-los na educação dos filhos, reforçando as regras de convivência, rotina, atividades diversificadas e proporcionando a socialização com outras crianças, conforme demonstrado nas falas dos familiares:

Meus filhos se alimentam na escola: café da manhã, almoço, lanche e janta. Eles brincam e se divertem muito. Aprendem a escrever o nome e pintar os desenhos. Sou diarista e crio meus filhos sozinha (Mãe de aluno do CEIM 1).

Eu e meu esposo trabalhamos o dia todo e ao invés de deixar com a babá, preferimos deixar na escola para desenvolver a parte motora e brincar com os coleguinhas. Ela canta, conta histórias e relata os acontecimentos. Todos tratam muito bem a minha filha. Ela é apaixonada pela professora (Mãe de aluna do CEIM 2).

A Educação Infantil de Tempo Integral não se restringe apenas ao espaço escolar, ocorre também em outros ambientes. Entretanto, entendemos que muitas famílias não tem condições financeiras para custear aulas de artes, música, esporte e outras atividades para os filhos. Os diretores caracterizaram grande parte das famílias atendidas como “desestruturadas”, “mães solteiras mantenedoras da casa”, “com pais presos”, enfim, com muita dificuldade em criar os filhos sem a contrapartida da escola. Neste sentido, o CEIM é um aliado, pois devido ao trabalho, os pais não tem com quem deixar os seus filhos. Pais e mães que precisam trabalhar fora o dia todo para suprir as necessidades básicas da família encontram na escola integral uma solução. Para a maioria dos pais, a escola é um ambiente saudável, que também proporciona atividades extracurriculares para o filho ao longo do dia.

Tendo em vista que os CEIMs pesquisados tem, em sua demanda, crianças de núcleo familiar de baixa renda, seus pais, geralmente trabalham em construção civil, no comércio, são autônomos, fazem biscates. As mães, por sua vez, trabalham no comércio, como domésticas ou diaristas. Por esse motivo, não tivemos oportunidade de entrevistar a um número maior de pais, apesar de nos disponibilizarmos de encontrá-los em seus melhores horários. Também, por não terem escolaridade suficiente para entenderem que as suas “falas” estariam contribuindo para uma pesquisa, temem em dar informações, além da natural inibição por se depararem com

uma situação nova. Assim, entrevistamos dois pais e catorze mães que se mostraram disponíveis em contribuir com a pesquisa.

Percebemos que algumas mães não tem com quem deixar os filhos quando saem para trabalhar e algumas declararam que “o período integral na escola é garantia de segurança”. A criança dentro da escola durante todo o dia, conseqüentemente está a salvo de vários riscos das ruas, se mantém ocupada e terá menos tempo para se envolver em situações perigosas e riscos de se envolverem em acidentes domésticos ficando em casa, muitas vezes, acompanhadas de irmãos menores de idade. Outros acreditam que a jornada escolar ampliada pode ser uma boa opção para o desenvolvimento da aprendizagem. Nesse cenário, os pais conseguem ter tranquilidade de saber que as crianças passam o dia em um espaço saudável, participando de atividades e acompanhado por profissionais da rede pública municipal.

Quando indagados sobre quais as contribuições da Educação Infantil em Tempo Integral para as crianças do bairro e como é o relacionamento entre o CEIM e a comunidade, os diretores relataram:

Contribui para a aproximação e socialização, na promoção de bons hábitos. O relacionamento ainda não é o desejado, visto que a escola vem de um sistema assistencialista. As comunidades e a família ainda não veem a escola como centro de formação e desenvolvimento da criança, mas como um espaço onde ficam seguras, cuidadas e alimentadas (Diretor do CEIM 1).

Contribui para os pais trabalharem. O relacionamento é ótimo, porém precisa melhorar a participação das famílias em reuniões (Diretor do CEIM 2).

As contribuições são com a alimentação, cuidar, educação, convívio, hábitos diários de higiene. A relação da escola com a comunidade poderia ser melhor, porém, muitos pais não são participativos na vida escolar dos seus filhos (Diretor do CEIM 3).

A contribuição se dá pelo fato de que as crianças que permanecem em tempo integral na verdade, possibilita que as famílias tenham um local para deixar em segurança seus filhos para trabalhar (Diretor do CEIM 4).

Pelo fato das famílias precisarem trabalhar em busca de melhores condições de vida, acabam se ausentando e transferindo para a escola a função de educar seus filhos. Deste modo, os diretores dos CEIMs pesquisados tem um grande desafio em aproximar as famílias dos alunos para o convívio da escola. A parceria entre a família

e a escola estabelece a eficiência no desempenho dos alunos, pois mesmo em espaços diferentes, compartilham a ação educativa.

Conforme Sarmiento, a Educação Infantil em Tempo Integral,

[...] considerada sob a perspectiva do bem-estar infantil poderá posicionar-se como um tempo integral de acesso das crianças a bens essenciais e a condições de usufruto do espaço-tempo promotores de equilíbrio, conforto e desenvolvimento: alimento, água potável, um ambiente saudável; condições de acolhimento, afeto e satisfação pessoal; espaços de lazer e de fruição livre; proteção contra todo tipo de negligências ou maus-tratos; acesso à informação e atendimento da sua opinião; conhecimento, experiência, promoção das capacidades expressivas; relações includentes e prazerosas (SARMENTO, 2015b, p. 43).

Neste sentido, a educação é direito das crianças e de suas famílias e os espaços da Educação Infantil são ambientes onde elas produzem conhecimento e interagem com outras crianças e com adultos. Portanto, a Educação Infantil em Tempo Integral precisa de um Projeto Político Pedagógico com um currículo integrado com práticas pedagógicas para que o aluno seja o foco central do processo ensino-aprendizagem.

4.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

Embora fosse a nossa intenção tecer um estudo acerca dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, dos CEIMs pesquisados, não tivemos acesso a todos, mesmo justificando a importância de dados para a pesquisa. O PPP, nessa modalidade, geralmente busca a construção das aprendizagens dos estudantes numa jornada escolar ampliada que ofereça atividades escolares educativas e diversificadas de forma articulada à plena utilização do espaço escolar, de outros espaços públicos e equipamentos e à comunidade escolar tendo, permanentemente, a preocupação com a condição multidimensional do ser humano e, considerando sua dimensão biopsicossocial. Dessa forma, estaremos descrevendo o PPP que nos foi concedido.

O PPP do CEIM X foi elaborado pela equipe de profissionais e apresenta o cotidiano da Educação Infantil em Tempo Integral, que visa compreender como o tempo escolar é organizado na instituição. Essa versão não é definitiva, pois segundo a diretora o documento passou por muitas alterações e deverá ser reformulado, seguindo orientações da Secretaria Municipal de Educação.

São 35 páginas contendo apresentação, identificação da instituição, Decretos e Atos Autorizativos, Histórico, Caracterização, Objetivos da Educação Infantil, Objetivos da Educação Especial, Objetivos da Educação Étnico-racial, Plano de Funcionamento, Caracterização da demanda atendida, Caracterização do corpo docente e especialistas, Preceitos filosóficos, pedagógicos e metodológicos, Organização Curricular e Metodologia de Ensino, parcerias, processo de relação institucional com a família, providências à melhoria de qualidade do ensino, Avaliação e Referências.

Sua criação deu-se por meio de legislação pertinente, conforme mostra a Tabela 2, respaldada na Associação “Nova Esperança”, sob a batuta do casal Bordoni, descrita anteriormente.

Tabela 2 – Decretos e Atos Autorizativos

Criação da Creche Casulo Nova Esperança, pertencente à Obra Social de Nova Esperança.	Portaria E Nº. 2.369	1972/2001
Alteração da denominação da Creche Casulo Nova Esperança para CEIM X	Decreto Municipal nº 773	De 25/03/2002
Convalidação do Ato Administrativo de Criação do CEIM X	Decreto 5.342/2010	nº De 02/08/2010
Alteração da denominação de CEIM X	Decreto 5.803/2011	nº De 03/06/2011

Fonte: PPP (s/d, p. 3) – modificado pela pesquisadora.

Neste sentido, a Resolução nº 03, de 02 de abril de 2008 que regulamenta e estabelece normas assim como condições para o funcionamento da Educação Infantil Municipal de São Mateus, pontua no Artigo 8º o que deve ser definido na elaboração do PPP dos CEIMs:

Art. 8º. Na elaboração e execução da Proposta Pedagógica nos Centros de Educação Infantil, devem estar definidos, respeitados e acatados os princípios éticos, políticos e estéticos para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida cidadã, sendo sujeitos ativos, inteirados a um meio, na construção do conhecimento e de valores.

Parágrafo Único. Na elaboração e execução da proposta pedagógica será assegurada ao Centro Educação Infantil, na forma da lei, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

O PPP enfatiza que a Educação Infantil baseia-se nas orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição de 1988 pautado em uma proposta comprometida com uma educação de qualidade na perspectiva da inclusão social de todos.

No referido PPP, o objetivo é “respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito deste CEIM”. Entretanto, não ressalta a importância da organização do tempo escolar. É necessário discutir os objetivos no PPP que estejam articulados com a proposta de Educação Infantil em Tempo Integral.

Conforme Gadotti (1994, p. 42),

[...] O Projeto Político Pedagógico da escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, a partir de respostas a perguntas tais como: que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja e para que projeto de sociedade.

Daí a necessidade do PPP ser estruturado, construído coletivamente, com base na vivência de toda a comunidade escolar e como um instrumento de integração do trabalho pedagógico. O Projeto Político Pedagógico especifica princípios e objetivos da Educação Infantil em Tempo Integral, unindo todas as áreas do conhecimento e ultrapassando as quatro paredes da sala de aula, envolvendo, inclusive a família.

Na sua estrutura, apresenta, segundo o PPP (s/d, p. 20-21):

– Missão

Encantar crianças, oportunizando atendimento bio-psico-social, para formação educacional de cidadãos críticos e transformadores de sua realidade.

– Valores

- Ética;
- Honestidade;
- Comprometimento;

- Respeito mútuo;
 - Transparência;
 - Ética.
- Princípios**
- Estar nas mãos de DEUS, como inspiração de vida;
 - Generosidade e respeito à criança;
 - Manter em nosso quadro pessoas e equipes motivadas, talentosas, criativas e comprometidas;
 - Fidelidade com a visão e a missão da instituição;
 - Promover movimento contínuo de crescimento profissional e pessoal;
 - Preservar e cuidar do meio ambiente;
 - Crer e sonhar que “somos gente”, e podemos mudar.

Na sua origem, o referido CEIM contava com 15 alunos, moradores dos bairros Ribeirão e Rodocon. Segundo o PPP (s/d, p. 3):

Eles não frequentavam as outras escolas por uma série de razões, dentre elas a falta de uniforme. O casal Bordonni não concordava com tal imposição, pois dificultava o acesso à escola. Por esse fato, é que até hoje o uniforme não é exigido obrigatoriamente o que torna o ambiente, segundo D. Luigia, multicolorido e muito mais alegre e bonito, pois cada aluno tem o direito de vir para a escola com a roupa de sua preferência e dentro de suas possibilidades. Nessa época, várias crianças, não eram registradas. Por meio da LBA, D. Luigia conseguiu que os cartórios registrassem 6.750 crianças sem nenhum ônus, pois eram filhos de famílias carentes. Interessante registrar que, como a maioria das mães eram analfabetas, a dificuldade estava em saber realmente as datas de nascimento dos filhos e o nome correto.

A escola ainda hoje se depara com problemas semelhantes ou do mesmo nível, os quais busca resolver, extrapolando a sua principal finalidade, que é estabelecer e cumprir metas fundamentadas na Educação Infantil em Tempo Integral, porém, verificamos que não consta neste documento situações para melhoria da qualidade do ensino do aluno, como:

- Proposta Pedagógica dinâmica e participativa;
- Alunos motivados;
- Gestão Democrática e Participativa;
- Participação da família na escola;
- Acompanhar e verificar o desempenho e aprendizagem dos conhecimentos.

De acordo com o PPP, as ações que possibilitam a interação entre família e CEIM acontecem através de Dia da Família na Escola, Culminância de Projetos

desenvolvidos e Oficinas com as famílias, que apesar da importância, não são ainda suficientes.

Com relação as atividades pedagógicas, além de desenvolver a socialização do indivíduo com o mundo, também consta nos seus objetivos, desenvolver habilidades e competências nas diversas áreas do conhecimento:

- Linguagem Oral e Escrita;
- Raciocínio lógico-matemático;
- Natureza e Sociedade;
- Movimento;
- Identidade e Autonomia;
- Música;
- Filosofia;
- Arte;
- Ed. Física.

Cabe ressaltar que nem sempre uma escola em Tempo Integral oferece uma educação integral, pois essa discussão denota adequação curricular, formação dos professores, organização do tempo e espaços além de uma ativa gestão escolar. Diante disso, a gestão pedagógica não tem condições de resolver todos os desafios que a Educação Infantil em Tempo Integral necessita e enfrenta.

De acordo com a Resolução no. 04/2008, de 02 de abril de 2008 do Conselho Municipal de Educação de São Mateus no Centro de Educação Infantil Municipal Egidio Bordoni, a organização das turmas decorrerão das especificidades de cada proposta pedagógica, considerando como padrão máximo a seguinte relação professor/criança, de acordo com o PPP (s/d, p. 12):

- Crianças de 3 a 4 anos – 15/01 professor
- Crianças de 4 e 5 anos – 20/01 professor

Dessa forma, a Resolução no. 04/2008 é cumprida, no CEIM X, face seu funcionamento visível na Tabela 3.

Tabela 3 – Funcionamento do CEIM X em turno em Tempo Integral

Espaço Físico	M ²	Capacidade Matrícula por sala	Tempo Integral	
			Série / Turma	Nº.
Sala de Aula	41,31 m ²	15	Creche Nível III A	15
Sala de Aula	44,88 m ²	15	Creche Nível III B	15
Sala de Aula	40 m ²	20	Pré-escola Nível I A	20
Sala de Aula	40 m ²	20	Pré-escola Nível I B	20
Sala de Aula	61,6 m ²	20	Pré-escola Nível II A	20
Sala de Aula	61,6 m ²	20	Pré-escola Nível II B	20

Fonte: CEIM X, (s/d, p. 11).

O referido CEIM X apresenta em seu quadro funcional, uma Diretora e uma Pedagoga, ambas efetivas, licenciadas em Pedagogia, sendo que a Diretora possui pós-graduação a nível de Especialização. Dos 13 professores, nove são efetivos e quatro são docentes temporários – DT, todos com licenciatura plena. O PPP também registra “Preceitos Filosóficos” e “Preceitos Pedagógicos”.

No CEIM X há disciplina e horários estabelecidos na ocupação do seu espaço físico, elencados no PPP (s/d, p. 25-26), embora não estejam descritos de forma detalhada. As crianças, de forma geral, recebem orientações acerca da importância da alimentação, higiene corporal e bucal, boas maneiras, comportamento e descanso.

- **Entrada/Acolhida:** Os pais e/ou responsáveis encaminham-se com o educando para o encontro com as professoras até a sala de aula.
- **Atividades pedagógicas**

- **Hora do lanche:** O professor de cada turma acompanha os educandos da sala de aula até o refeitório, organizando-os e auxiliando-os no lanche. Após, as crianças seguem para o lazer parquinho acompanhados por um ASG's (Auxiliar de Serviço Geral) e equipe da Gestão Pedagógica.
- **Atividades pedagógicas**
- **Hora do almoço**
- **Higiene**
- **Repouso:** os educandos divididos em dois grupos separados (meninos e meninas) são orientados\acompanhados por professores até as 11h30min e por 2 mães sociais para descansarem no período entre 11h 30 min a 12h e 50min.
- **Despertar/Acolhida:** despertam as 12h50min ainda com a mãe social quando são acolhidos por seus professores as 13h.
- **Atividades pedagógicas e recreativas**
- **Hora do lanche**
- **Atividades pedagógicas e recreativas**
- **Hora do jantar**
- **Despedida/Saída:** Os professores encaminham-se com o educando para o espaço denominado Quiosque, de maneira organizada aonde os responsáveis se dirigem para buscá-los.

Para melhor atender a sua demanda, o CEIM X busca parcerias com entidades públicas e sociedade civil, como nos mostra o PPP (s/d, p. 27):

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Conselho Tutelar;
- Juizado da Infância e da Juventude;
- Famílias dos educandos;
- Secretaria Municipal de Educação de São Mateus;
- Associação de Moradores Nova Esperança;
- Associação Escola Comunidade – AEC;
- Ministério Público
- Empresas locais
- Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus

Após minucioso estudo do PPP do CEIM X, presumimos que os demais funcionem de forma similar, com algumas peculiaridades de localização, clientela, gestão e outras. As atividades desenvolvidas, geralmente, buscam a participação das famílias, e as ações empreendidas pela escola, são avaliadas internamente para melhor atender à comunidade, sempre respeitando a legislação e às recomendações da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus/ES. Com relação à elaboração do referido PPP, ora mencionado, embora não tenha data, há registro de um suposto Calendário de Eventos não concluído de 2014.

Dessa forma, o que se espera do Projeto Político Pedagógico é que haja autonomia da escola, que a mesma seja capaz de traçar suas metas e construir sua identidade para o bem comum, sempre focando no aspecto coletivo. Dessa maneira, é preciso compreender que o PPP está alicerçado na sua missão, valores, princípios e na organização do trabalho pedagógico. Construir um Projeto Político Pedagógico demanda uma reflexão sobre tudo aquilo que é primordial à instituição educacional.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Educação Infantil foi definida como a primeira etapa da Educação Básica, concedendo-lhe caráter pedagógico e garantindo direitos específicos das crianças até 5 anos. O atendimento em Tempo Integral desse nível de educação na rede municipal de São Mateus atende alunos de 2 a 5 anos.

Os quatro CEIMs pesquisados atendem a 403 alunos. Quando perguntado aos pais sobre as vantagens e desvantagens em relação a escola em Tempo Integral, os participantes responderam que o Tempo Integral é a garantia de que possam trabalhar e que infelizmente não tem tempo de acompanhar a aprendizagem dos filhos, conforme demonstrado nas falas dos familiares, em entrevistas:

As vantagens são muitas pois proporciona segurança em relação aos horários e rotinas que são bem desenvolvidas o dia inteiro no CEIM. Sobre a desvantagem é porque não passamos o tempo com nossos filhos, mas isso é por uma boa causa (Pai de aluno do CEIM 4).

Um ponto alto comum e positivo citado nas falas dos pais é que os alunos gostam muito da escola e por isso estão satisfeitos pelo fato de que as crianças são bem tratadas pela equipe pedagógica. E sobre a comunicação da escola com a família para explicar os avanços das crianças, 5 participantes (30%) responderam que não e 11 participantes (70%) responderam que sim e que inclusive sempre que podem, procuram a escola para saber como está o comportamento dos filhos. Analisando as respostas, percebemos que as famílias ainda entendem que os professores atuam como cuidadores de seus filhos.

A educação em Tempo Integral é um conceito estratégico pelo qual o Brasil precisa avançar para conseguir qualidade na educação e redução das desigualdades. E nesta pesquisa, todos os CEIMs do município de São Mateus/ES estão localizados na periferia. Quando indagados sobre o motivo da escolha em matricular seu filho numa escola em Tempo Integral, os 16 participantes (100%) responderam sobre a necessidade de trabalhar. Conforme pesquisa, a violência faz com que procurem um lugar mais seguro para deixarem os seus filhos e nada melhor do que a escola onde a criança já está inserida. Relataram também que os filhos gostam muito da escola e que confiam nos profissionais que trabalham na instituição. Porém, de um modo geral,

os pais tem dificuldade em participar dos eventos realizados nos CEIMs, também confirmado, informalmente pelos professores, inclusive a maioria não frequenta as reuniões pedagógicas. Quanto mais a família participa da vida escolar de seu filho, mais eficaz será o trabalho da escola, visando um melhor resultado na aprendizagem do aluno. Segundo relato dos diretores dos CEIMs pesquisados, as famílias atendidas caracterizam-se com um nível socioeconômico muito baixo, crianças em situação de vulnerabilidade social, pais separados e mães que trabalham fora para suprir o sustento.

Contudo, ao contrário do que foi relatado pelos pais, quando perguntado aos professores sobre o interesse das famílias pela aprendizagem dos alunos, 85% professores responderam que uma quantidade pequena de pais participa e acompanha a vida escolar dos filhos e a maioria matricula as crianças e só aparece no dia da renovação de matrícula. Isso se comprova na fala do professor do CEIM 1:

Na verdade a escola atende mais as necessidades dos pais que precisam deixar seus filhos num lugar seguro enquanto eles trabalham ao invés das necessidades das crianças. É necessário melhorar o vínculo escola-família no que diz respeito a participação.

Quando perguntado aos professores se o tempo de permanência que a criança fica na escola é aproveitado de maneira suficiente, garantindo uma aprendizagem real e significativa, dois professores (10%) responderam que sim e 14 (90%) responderam que não e inclusive relataram muitas dificuldades para que esse tempo seja de qualidade. Na realidade, esse tempo de permanência do aluno na escola, sem uma estrutura adaptada ao Tempo Integral, não constitui meios suficientes para concretizar um projeto pedagógico de eficiente.

Durante as entrevistas, foi observado que os professores justificam o desinteresse e a indisciplina dos alunos, devido à jornada diária de dez horas no CEIM. Entretanto, a partir da análise dos dados coletados, o problema não é a quantidade de horas que os alunos passam na instituição e sim a forma como é organizado e planejado esse tempo. Sobre a jornada de trabalho dos professores regentes, a maioria não trabalha em Tempo Integral no CEIM. Dentre os professores, é grande o número de docentes que trabalha na instituição durante o turno matutino e em outra escola no turno vespertino.

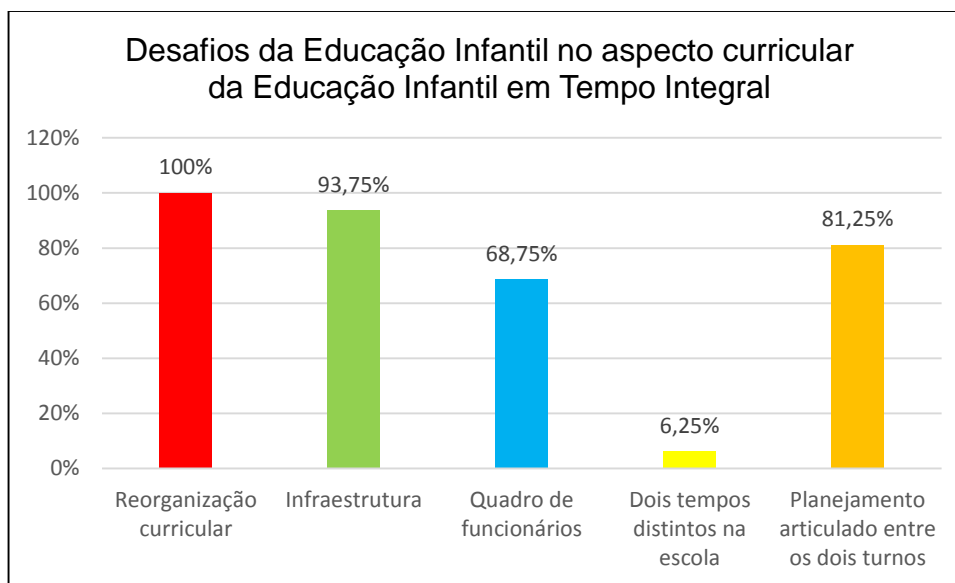
Quando indagadas se a escola recebe recurso financeiro a mais para melhor se organizar e oferecer maior diversidade nas atividades, todas as diretoras responderam que recebem verba do governo federal através da Associação Escola Comunidade: Programa Dinheiro Direto na Escola (PROAUFE) e o Programa de Autonomia Financeira Escola (PDDE). Porém, relataram que o valor é insuficiente para suprir as necessidades e acabam recorrendo a festas promovidas pela comunidade escolar. Sobre as parcerias que a escola possui, somente um CEIM citou a visita de um psicólogo uma vez por semana e aula de dança através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Todos os diretores relataram que a proposta em Tempo Integral precisa se adequar à realidade vivida dentro dos Centros de Educação Infantil. Faltam: infraestrutura, profissionais qualificados principalmente para o momento de descanso, formação para os docentes e mudança na grade curricular.

Em entrevista com a Coordenadora da Educação Infantil da rede municipal de São Mateus, a especificidade do atendimento em Tempo Integral requer um currículo diferenciado e há preocupação na formação de uma comissão para discutir a proposta de educação em Tempo Integral. Os professores entrevistados revelaram grande expectativa acerca desse assunto, principalmente sobre a troca de experiências entre os CEIMs em Tempo Integral. A ampliação do tempo escolar é proposto nos CEIMs pesquisados como mais tempo de aprendizagem e como resolução dos problemas sociais, tirando os alunos do perigo das ruas, como medida de proteção, bem como, para ocupar a falta de opções oferecidas pelas famílias nos campos social e cultural.

Os pedagogos também citaram grande dificuldade na organização das atividades com os alunos visto que há a necessidade de uma proposta diferenciada no contraturno. Os professores também esperam que a Secretaria de Educação apresente uma proposta que ofereça qualidade no atendimento às crianças matriculadas em Tempo Integral.

A seguir, seguem, demonstrados em gráficos, os dados para melhor representar os resultados alcançados na pesquisa, em detrimento dos objetivos propostos. Os professores responderam sobre os desafios da educação no aspecto curricular da educação em Tempo Integral representado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Desafios da educação no aspecto curricular da educação em Tempo Integral



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das entrevistas.

O Gráfico 1 demonstra que os principais desafios referentes ao aspecto curricular, é realmente, a reorganização do currículo, que necessita englobar outras atividades para que os alunos não passe tão somente tempo na escola. A infraestrutura e a organização dos turnos também são imprescindíveis para um funcionamento adequado para não cansar os alunos. Material didático-pedagógico, como jogos, brinquedos e outras ações no pátio da escola, como: hortas, jardinagem, brincadeiras de roda, pique-pega, etc... além de auxiliarem no processo ensino-aprendizagem, são estratégias que motivam e atraem os alunos.

As respostas deixam pistas claras sobre os desafios que os CEIMs enfrentam e é preciso considerar as opiniões do corpo docente pois a escola em Tempo Integral precisa ser repensada com estratégias adequadas para alcançar a qualidade no atendimento na Educação Infantil como propostas pedagógicas que contemplem o Tempo Integral, parceria entre família e escola, formação pedagógica do corpo docente e infraestrutura adequada.

Sobre se há a necessidade de um currículo diferenciado na Educação Infantil em Tempo Integral, todos os professores afirmaram que sim. Para exemplificar segue a narrativa da professora do CEIM 3:

Sim. São 10 horas diárias dentro do CEIM que as crianças estudam. Há uma necessidade urgente de oferecer a essas crianças disciplinas diferenciadas. Fazemos o que podemos para oferecer essa aprendizagem real e significativa com o que temos, mas para chegar a tão sonhada escola de tempo integral de qualidade, ainda falta muito.

Com relação ao currículo, precisa ser organizado de forma interdisciplinar já presente, porém com maior intensidade, considerando a necessidade e os interesses dos alunos. No CEIM 1, a professora relatou que atende os dois turnos na mesma turma. Ela disse que pela manhã prioriza o aspecto cognitivo e a tarde, o lúdico, através de jogos e brincadeiras. É importante frisar que não podemos dividir os conteúdos, através de áreas de conhecimentos. O aluno precisa participar do processo.

Segundo Oliveira (2010), na Educação Infantil:

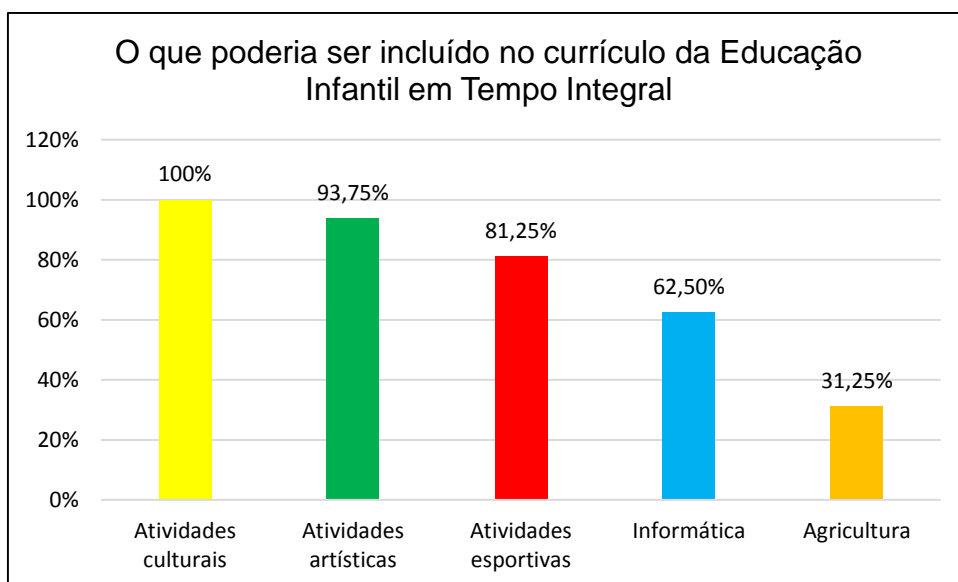
A formulação de um currículo requer que o professor amplie sua noção acerca do que constitui um meio de desenvolvimento, ligando-o às práticas cotidianas. O desenvolvimento infantil se dá no conjunto das atividades que as crianças vivem, na negociação que fazem das regras apresentadas como reguladoras das situações, nas ações possibilitadas pelo material disponível e pelas instruções e sugestões dos professores sobre como trabalhar com ele, bem como nos papéis que as crianças assumem nas interações com outras crianças e com o professor (OLIVEIRA, 2010, p. 230).

Outro assunto abordado nas respostas sobre o currículo foi a duração das aulas – são limitadas em 50 minutos. Os professores do CEIM 2 disseram que é um tempo muito curto e que limita as práticas pedagógicas e que não condiz com o tempo ampliado. Precisamos repensar formas de organizar tempos e espaços. A educação em Tempo Integral pressupõe um currículo baseado em experiências e vivências que envolva uma metodologia participativa.

Quanto à organização do tempo, as aulas são intercaladas entre professores regentes e professores de áreas específicas (Educação Física, Artes e Filosofia). São disponibilizados cinco momentos de planejamento de 50 minutos cada, durante a semana, para o professor receber orientações da Pedagoga do CEIM, planejar atividades e organizar a sala de aula. Enquanto os professores regentes planejam, os alunos tem aulas de áreas específicas. As áreas específicas são ofertadas nos dois turnos, mas sem qualquer articulação entre os conteúdos, acarretando a ausência de organização entre as áreas de conhecimentos. Os conteúdos são repetidos e seguem o mesmo Plano de Ensino oferecido pela Secretaria Municipal de Educação – SME.

Quando indagados sobre o que poderia ser incluído no currículo da Educação Infantil em Tempo Integral, os professores responderam, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – O que poderia ser incluído no currículo da Educação Infantil em Tempo Integral



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das entrevistas.

O Gráfico 2 aponta sugestões fornecidas pelos entrevistados, sendo que “Atividades Culturais”, aparece em primeiro lugar, visto a sua multiplicidade de gêneros atrativos que podem ser desenvolvidos com os alunos, como teatro, rodas de leitura, danças, pinturas, exposições, reciclagens e outros que se inserem também nas “Atividades Artísticas”. As demais, também importantes que podem ser inseridas dependendo da estrutura física da escola.

Percebemos que para a efetivação do currículo da Educação Infantil em Tempo Integral, precisamos de um currículo integrado, entrelaçado com diferentes áreas do conhecimento, ou seja, os conteúdos devem se articular aos saberes dos alunos e comunidade, dialogando com diferentes linguagens e experiências formativas que envolvem e integram a tudo que chamamos de conhecimento.

Como concepção, a proposta de educação integral deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos tenham

garantida uma formação plena. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.

A fragmentação da Educação Infantil em Tempo Integral em dois turnos, contribui para que a escola tenha dificuldades em unificar a equipe pedagógica para realizar atividades diversificadas. Inclusive, os professores apontaram interesse em realizá-las, porém a deficiência da estrutura física e dos recursos materiais dos CEIMs dificultam ainda mais o funcionamento da Educação Infantil em Tempo Integral, conforme relato dos professores:

O dinheiro que vem da AEC é pouco. Precisa comprar materiais de limpeza, de higiene e pedagógico. Quando a escola precisa de um computador, aparelho de som, televisão ou uma impressora, tem de fazer festa ou rifa para arrecadar dinheiro (Professor do CEIM 1).

Se quisermos montar uma horta para atender as crianças, precisa pedir ajuda aos pais dos alunos. Cada CEIM se vira como pode (Professor do CEIM 2).

O dinheiro é insuficiente. Falta quase tudo: estrutura, mobiliário, material pedagógico etc. (Professor do CEIM 3).

Para que aconteça um trabalho de qualidade, o professor precisa gastar dinheiro do próprio bolso (Professor do CEIM 4).

Outra questão abordada na entrevista foi qual a opinião dos professores sobre a escola em Tempo Integral nos moldes propostos pela Secretaria de Educação.

A Secretaria de Educação não oferece alternativas de melhoria para que os alunos tenham um atendimento diferenciado no CEIM (Professor do CEIM 1).

Não existe proposta em Tempo Integral. Trabalho há muitos anos no CEIM e nunca ouvi falar (Professor do CEIM 2).

A proposta é boa, porém a infraestrutura é péssima (Professor do CEIM 3).

É boa porque atende o básico: a necessidade da comunidade e a aprendizagem dos alunos (Professor do CEIM 4).

Nesta mesma questão, foi perguntado sobre quais seriam as sugestões dos professores para que haja garantia da qualidade da Educação Infantil em Tempo Integral:

Faria a seleção dos alunos através da matrícula. Os pais passariam por uma entrevista para provar a necessidade do filho estudar no Tempo Integral (Professora do CEIM 1).

A Secretaria de Educação tem que ser mais presente no CEIM. Precisa ouvir nossas angústias e sugestões, principalmente nos visitar para acompanhar como é trabalho do Tempo Integral (Professor do CEIM 2).

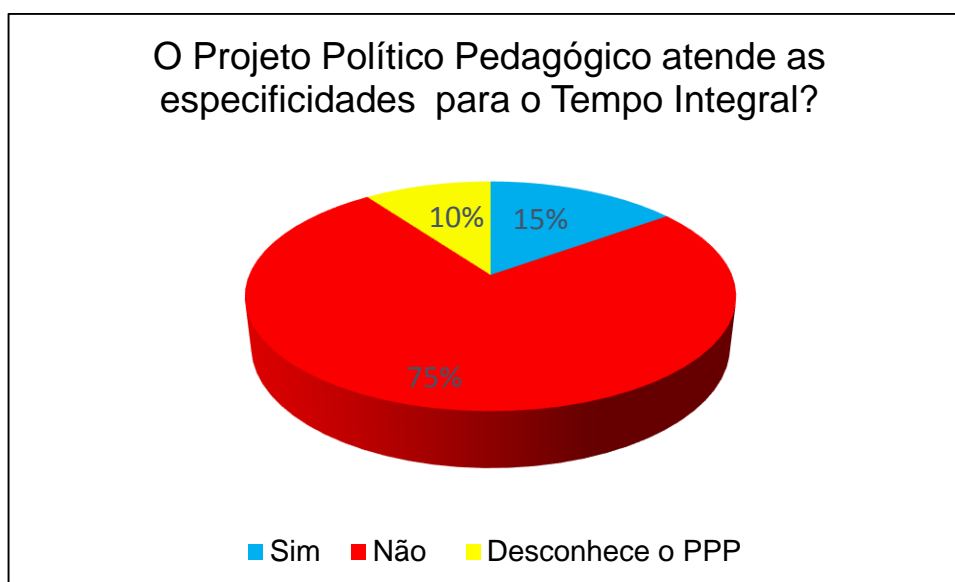
Minha sugestão é mudar o currículo (Professor do CEIM 3).

Eu sugiro uma proposta com oficinas adequada à Educação Infantil (Professor do CEIM 4).

No entanto, considerando que na Educação Infantil em Tempo Integral o aluno terá uma formação global, não podemos aceitar que o trabalho pedagógico se resulte em apenas atividades ligadas ao currículo. Sem um Projeto Político Pedagógico consistente, corremos sérios riscos de apenas preencher o tempo das crianças.

Quando indagados se o Projeto Político Pedagógico tem atendido as especificidades para o Tempo Integral, os professores revelaram que:

Gráfico 3 – O Projeto Político Pedagógico e o atendimento em Tempo Integral



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das entrevistas.

No Gráfico 3, o Projeto Político Pedagógico mostra como o Tempo Integral é tratado nos CEIMs. Os depoimentos ressaltam que é fundamental que se faça a reestruturação do PPP, adequando-o a oferta de educação em Tempo Integral às práticas pedagógicas que atendam as expectativas da Educação Infantil. Segundo relato dos professores, a Educação Infantil em Tempo Integral, não está explícita nos PPPs dos CEIMs. Sendo assim, é necessário rever o Projeto Político Pedagógico, que

atenda às necessidades de toda a comunidade escolar possibilitando a educação de qualidade na escola em Tempo Integral.

Durante as entrevistas, foi perguntado aos Pedagogos sobre o que o PPP da escola em Tempo Integral propõe de diferente de uma escola de tempo parcial, responderam:

Até o momento nada, já que não temos proposta. (Pedagogo do CEIM 1).

A organização dos espaços (dormitórios e banho) e dos horários dos profissionais que ficam com as crianças (Pedagogo do CEIM 2)

A organização da escola, os cuidados com as crianças, porém, ainda necessita modificar o currículo para atender a este público específico (Pedagogo do CEIM 3).

Propõe uma nova grade curricular e exige o pensar da educação com discussões que vão além da extensão do tempo escolar e rumam para o desenvolvimento das aprendizagens, assim, é fundamental refletir sobre o papel da escola pensando numa proposta que valorize o domínio cognitivo. Percebe-se que dessa forma, o envolvimento dos profissionais estarão mais envolvidos assim para favorecer o ensino aprendizagem (Pedagogo do CEIM 4).

A partir dos relatos apresentados, podemos sugerir algumas inferências como ênfase na infraestrutura do CEIM para que aconteça a educação em Tempo Integral, confusão entre educação integral e assistencialista e adequação do currículo para que se efetive a educação em Tempo Integral.

Quando indagados sobre quais as dificuldades para que o PPP seja efetivado no CEIM, os Pedagogos responderam:

[...] Só temos o nome de escola em Tempo Integral, sem prática nenhuma neste quesito (Pedagogo do CEIM 1).

Mudanças estruturais e organização dos espaços (Pedagogo do CEIM 2).

A comunidade escolar precisa participar, por isso a escuta de todos os envolvidos é fundamental para a implantação do PPP, pois se sentem parte da escola (Pedagogo do CEIM 3).

Ao meu ver, trazer os pais para dentro das escolas, para que façam parte do desenvolvimento escolar de seus filhos e a própria estrutura verticalizada de nossos sistemas educacionais (Pedagogo do CEIM 4).

Neste sentido, é importante envolver toda a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico de forma democrática, conforme preconiza a LDB 9394/96, em seu Art. 14:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I-participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II-participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, p. 06).

O PPP é um instrumento norteador que a escola precisa priorizar, principalmente a escola em Tempo Integral, pois, a partir dele, é possível organizar como será trabalhado esse tempo a mais em que o aluno permanecerá no CEIM.

Conforme Oliveira (2009), o Projeto Político Pedagógico

[...] representa a escola, ou seja, expõe, exhibe, revela, mostra a sua organização, a sua prática pedagógica e administrativa num movimento contínuo que envolve diversos profissionais da educação e suas relações com a comunidade escolar inseridos num dado tempo num dado local, com sujeitos históricos e críticos, revelando, ainda, as contradições presentes na função social da escola (OLIVEIRA, 2009).

Através dos relatos dos Pedagogos, os CEIMs vem se adaptando às exigências da legislação e inserindo no Projeto Político Pedagógico da escola, atividades diversificadas que ampliam o tempo de permanência dos alunos na escola. Porém, muitos são os desafios enfrentados, principalmente no aspecto pedagógico. Não há formação do corpo docente para atender as crianças da Educação Infantil em Tempo Integral.

É importante salientar que os profissionais que atuam nos CEIMs não passaram por formação específica. A Gestora de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, enfatizou sobre a necessidade de formação para as equipes que atuam nas escolas em Tempo Integral assim que a Proposta Pedagógica for concluída.

Dos quatro CEIMs visitados, apenas um atende exclusivamente em Tempo Integral. Os demais dividem-se em 2 e 3 anos em Tempo Integral e 4 e 5 anos em tempo parcial. Todos os sujeitos da pesquisa possuem experiência na Educação Infantil em Tempo Integral.

Os quatro diretores são graduados em Pedagogia (Licenciatura Plena), somente um possui pós-graduação *Lato Sensu* na área de educação e outro citou a segunda graduação, em Artes Visuais. Todos os profissionais estão habilitados à

docência na Educação Infantil, porém, não há nenhuma formação específica na área de educação em Tempo Integral. Quanto à formação dos pedagogos, três são graduados em Pedagogia e um, em Física e três possuem especialização na área de Gestão Escolar. Dos 16 professores, 14 são formados em Pedagogia e dois em Normal Superior. A coordenadora possui Mestrado em Ensino na Educação Básica.

Para que os professores renovem suas práticas, é necessário a formação continuada para que acompanhem as mudanças para oferecer um ensino de qualidade. Não somente uma educação para ampliar o tempo e sim de rever o Projeto Político Pedagógico e apresentar condições para sua efetivação.

Outro assunto abordado nas entrevistas, foi sobre as dificuldades dos Pedagogos na organização da escola em Tempo Integral. De acordo com os Pedagogos:

Uma proposta pedagógica com atividades que contemplem a educação integral (Pedagogo do CEIM 1).

Quando tem crianças o dia inteiro na escola é preciso ter uma estrutura apropriada e uma organização da equipe com relação aos horários. Um dos desafios é no intervalo de um turno para outro [...] não temos profissionais suficientes para esse atendimento (Pedagogo do CEIM 2).

A falta de atividades diferenciadas nos dois turnos, pois o currículo do município mantém as mesmas disciplinas ofertadas nos horários previstos [...] (Pedagogo do CEIM 3).

Ao meu ver, a infraestrutura das dependências, a falta de oficinas e mais profissionais com qualificação diferenciada (Pedagogo do CEIM 4).

Diante dos relatos, verificamos que a escola em Tempo Integral apresenta muitos desafios. As respostas mais enfatizadas abordam sobre os aspectos estruturais que se destacam como essenciais na organização da prática pedagógica. Os ambientes precisam ser adequados, maior quantidade de materiais pedagógicos e funcionários qualificados. Essa necessidade pela busca da qualidade é percebida pelas reivindicações relatadas pelos pedagogos.

Não há oficinas, aulas extracurriculares, bem como estrutura para que o aluno permaneça dez horas na instituição. Esse tempo de dez horas em que o aluno passa na escola está permeado de boas intenções, como acolhida dos riscos da violência urbana e quatro refeições diárias, porém necessita de elementos básicos para sua concretização, como estrutura física e pessoal de apoio.

Neste sentido, é preciso considerar como é a atuação dos diretores dos CEIMs em sintonia com os professores e a comunidade para concretizar a Educação Infantil em Tempo Integral. Quando perguntados sobre como é a proposta nessa modalidade, os diretores relataram:

É uma proposta antiga que precisa ser revista (Diretor do CEIM 1).

Não concordo com a escola em Tempo Integral. A proposta é boa, mas para que funcione deve ser melhorada (Diretor do CEIM 2).

Ainda falta muito para ser adequada. O objetivo é bom, porém, não temos nem sequer uma estrutura adequada para se desenvolver esse trabalho (Diretor do CEIM 3).

O Tempo Integral de qualidade para as crianças exige tempos e espaços diferenciados e diversificados. Infelizmente a rede municipal ainda não possui (Diretor do CEIM 4).

Complementando a questão referente à proposta pedagógica, indagamos aos diretores acerca das sugestões para a melhoria da Educação Infantil em Tempo Integral:

Modificar a grade curricular e o critério de matrícula para os alunos seria somente para as famílias onde pai e mãe comprovarem trabalhar e crianças em situação de risco social. A proposta Pedagógica e a escolha de servidores com preparação para o aluno em Tempo Integral e formação constante para os docentes em exercício (Diretor do CEIM 1).

Precisa modificar toda a estrutura da escola (Diretor do CEIM 2).

A educação em Tempo Integral exige do CEIM a participação de toda a comunidade escolar para criar propostas diferenciadas de atendimento. Segundo relatos dos diretores, constantemente precisam lidar com questões pedagógicas, administrativas e financeiras, buscando soluções para os problemas que a escola apresenta. O diretor tem o grande desafio de contribuir ativamente para que se realize uma gestão compartilhada e democrática. Porém, para assumir essa postura, é necessário ter o apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Quando questionada sobre os planos que a Secretaria de Educação tem em relação a Educação Infantil em Tempo Integral, a Coordenadora de Educação Infantil afirmou que estão montando uma comissão para discutir a referida proposta. Essa equipe será composta por representantes do conselho de educação, diretores e pedagogos da zona urbana e rural. Não há oficinas, aulas extracurriculares, bem como

estrutura para que, de fato a Educação Infantil seja considerada em Tempo Integral, pela ausência de elementos básicos para sua concretização, como estrutura física e pessoal de apoio.

Face aos relatos e gráficos apresentados sobre a escola integral nos CEIMs pesquisados, a maioria dos entrevistados pontuam a falta de estrutura física, formação específica e reorganização do PPP para que a educação em Tempo Integral se estabeleça de forma consistente. Algumas vantagens também foram observadas, apesar do ambiente escolar não estar devidamente preparado e/ou adaptado para desenvolver esse tipo de modalidade, como o aumento do rendimento escolar com a possibilidade de ampliar conhecimentos, atividades extracurriculares e tempo maior com os professores. Estas ações são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e cultural dos alunos. Os alunos recebem alimentação na escola com melhor valor nutricional de mais qualidade, além dos pais desenvolverem as suas atividades profissionais sabendo que os filhos estão na rua, em risco.

5.1 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: PROPOSTAS COMO PRODUTO FINAL

A Educação Infantil em Tempo Integral precisa ser repensada, permitindo novas ações para o ambiente escolar e estratégias adequadas para alcançar a qualidade do atendimento. Sendo assim, é necessário não só a modificação no currículo como também no espaço físico, na qualificação de professores, funcionários, infraestrutura melhor adequada, ou seja, que atenda a todos os requisitos que a Educação Infantil em Tempo Integral precisa.

E a fim de dar suporte a essa demanda e a um dos Objetivos Específicos apresentamos, como produto final, algumas propostas baseadas nas percepções das entrevistas. A Educação Infantil em Tempo Integral aponta para mudanças tanto na infraestrutura do CEIM quanto na rotina adotada pela escola. Essas mudanças não dependem apenas da equipe gestora do CEIM, dependem principalmente da Secretaria Municipal de Educação. Sendo assim, sugerimos algumas estratégias para possibilitar a qualidade no atendimento da Educação Infantil em Tempo Integral:

- Seminários e outros eventos sobre Educação Infantil em Tempo Integral com o objetivo de repensar as práticas pedagógicas dos profissionais que atuam no CEIM e refletir sobre a Proposta Pedagógica, com debates e palestras com

- especialistas no assunto. Oportunizar apresentações das experiências realizadas nos CEIMs, com exposição de trabalhos realizados pelos alunos;
- Formação direcionada aos profissionais que atuam nos CEIMs, abrangendo professores, pedagogos e diretores com o propósito de dar um novo olhar para os espaços fora da sala de aula como praças, associações de moradores, ruas, ou seja, torná-los ambientes educadores;
 - Criação de um Currículo integrado, por meio de parceria entre a Secretaria de Educação e equipes de gestão pedagógica dos CEIMs, alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando os aspectos intelectuais, físicos, emocionais e culturais;
 - Parcerias com as Secretaria de Educação, Assistência Social, Esporte e Cultura, ONGs e outras instituições de ensino públicas e privadas;
 - Atendimento social e psicológico a alunos e familiares, alinhado com a Secretaria de Educação;
 - Presença de um Coordenador da Educação Infantil em Tempo Integral na Secretaria Municipal de Educação, pois a complexidade do Tempo Integral demanda um coordenador específico para atender todos os CEIMs;
 - Presença de um Pedagogo para atender cada CEIM. Devido a fragmentação da Educação Infantil em Tempo Integral em dois turnos, os CEIMs são atendidos por dois pedagogos (manhã e tarde), isso dificulta a integração dos profissionais em realizar atividades conectadas com o aprendizado.

É preciso refletir sobre a prática pedagógica, avaliar as ações e propor estratégias para o funcionamento da Educação Infantil em Tempo Integral, conforme Galian e Sampaio (2012, p. 419) recomendam:

Se ampliar o tempo de permanência das crianças está atrelado ao objetivo de buscar aprendizagem de todos, os meios para fazê-lo deverão passar pela reconfiguração de tempos, espaços e, também, de saberes. A relação da escola com a cultura local e com as outras instâncias educativas da região exigirá, de certo modo, como algumas propostas já atestam, uma nova composição e articulação do currículo e uma nova organização de tempos, espaços e trabalho da escola. Não poderia se tratar, portanto, de simplesmente manter a escola como sempre foi e preencher os novos períodos com atividades quaisquer, não diretamente ligadas a esse fim.

Portanto, para obter qualidade na Educação Infantil em Tempo Integral precisa do compromisso com o atendimento dos alunos em parceria com a família e a escola,

auxílio das políticas públicas, formação dos profissionais e propostas pedagógicas direcionadas à Educação Infantil.

Conforme Araújo (2015),

[...] um novo compromisso passa a ser colocado à educação em tempo integral nos diferentes níveis na educação básica, compreendendo: estrutura física adequada, formação continuada de professores para atuação na educação em tempo integral, garantia de condições de trabalho com qualidade, desenvolvimento das atividades em consonância com o projeto político-pedagógico da instituição e, no caso das creches e das pré-escolas, com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, além de uma perspectiva de trabalho que promova permanente articulação da instituição com os diferentes espaços culturais, sociais e esportivos da cidade. (ARAÚJO, 2015, p. 23).

A Educação Infantil em Tempo Integral é alvo de debates no campo educacional brasileiro e políticas públicas têm sido regulamentadas, mas é preciso ir além do descompasso da lei e do cotidiano das escolas e o desafio maior está na necessidade de aproximar o ideal traçado na legislação e definido nas concepções teóricas com a prática diária. São muitos os desafios a serem superados para garantir o acesso à Educação Infantil de qualidade e cabe ao poder público a responsabilidade pela oferta dessa primeira etapa da Educação Básica.

Para que aconteça qualidade na Educação Infantil em Tempo Integral, também é necessário investimento em formação dos profissionais, em material pedagógico e articulação entre Secretaria de Educação e a comunidade. Os desafios são grandes, pois embora não existam documentos que regulamentem especificamente a Educação Infantil em Tempo Integral, a garantia da qualidade do atendimento é prioridade para que seja oferecido competências e habilidades para o desenvolvimento das crianças nesse nível de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como a Educação Infantil em Tempo Integral tem sido tratada, no município de São Mateus/ES. Através de análise de documentos oficiais, nas esferas Municipal, Estadual e Nacional, dialogamos com autores para verificar como a escola recebe a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil considerando a proposta pedagógica das escolas pesquisadas. Também realizamos entrevistas à comunidade escolar para saber como os quatro CEIMs estão organizados e o que dispõe no Projeto Político Pedagógico, considerando o que tivemos a oportunidade de acesso.

Neste sentido, foi constatado muita dificuldade no funcionamento da Educação Infantil em Tempo Integral no município, pois cada CEIM tem uma prática pedagógica em Tempo Integral diferente. Acreditamos que isso seja consequência de como o Tempo Integral foi implementado no município. Não houve acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Educação, nem participação da comunidade escolar para discutir e construir uma Proposta Pedagógica consolidada a fim de atender à legislação, bem como à demanda de alunos e às necessidades das famílias.

Diante destas questões, percebemos que nos CEIMs pesquisados o destaque para a ampliação do tempo escolar, é o de somente ampliar o tempo para os alunos e não oferecer uma educação integral em Tempo Integral, articulada aos saberes e pautada em suas vivências e experiências. Portanto, a Educação Infantil em Tempo Integral necessita de um olhar diferenciado pois precisa oferecer um currículo articulado com atividades diversificadas, que não sejam apenas divididos em turno e contraturno, mas, repensar não apenas o PPP mas também a prática dos professores e a organização e melhor otimização do tempo. É preciso valorizar o trabalho com projetos, incentivar a interação entre escola e comunidade, permitir que os alunos escolham parte das atividades de acordo com seu interesse, aumentar o uso das tecnologias e relacionar de maneira significativa as aprendizagens escolares ao cotidiano das crianças.

Observamos também, que os diretores enfrentam muitos desafios frente à gestão dos CEIMs: situações como goteiras em sala de aula, cano quebrado, furtos de equipamentos e alimentos, enfim não basta somente força de vontade, precisa ter

condições para desenvolver um trabalho de qualidade e segurança no ambiente escolar.

Outro aspecto abordado na pesquisa remete sobre a visão assistencialista que as famílias dos alunos tem sobre os CEIMs. Para eles, a escola tem a responsabilidade de cuidar dos filhos enquanto trabalham e como proteção para que não se envolvam com a criminalidade das ruas. Esse pensamento precisa ser superado, com práticas pedagógicas significativas que contribuam para a qualidade no processo ensino-aprendizagem. Precisamos romper essa barreira e para que isso aconteça, é necessário parceria com a Secretaria de Educação para oferecer cursos de formação continuada para professores, pedagogos, diretores e a todos que fazem parte do universo escolar.

Sabemos que a Educação Infantil em Tempo Integral nos CEIMs pesquisados está repleta de boas intenções, porém observamos através das entrevistas o enorme esforço que a equipe pedagógica tem feito para manter a escola funcionando sem recursos materiais e financeiros, como: falta de um refeitório com espaço adequado e quantidade insuficiente de colchões para o descanso dos alunos. Percebemos que rotina dos CEIMs é baseada no imprevisto devido à dificuldade em realizar um trabalho pedagógico consolidado e efetivo.

De acordo com os relatos dos professores, foi possível observar que o Projeto Político Pedagógico dos CEIMs foi construído sem a participação dos segmentos escolares e sem acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação. Justificando assim, o relato de três diretores em não repassar o documento pois estavam inacabados, precisando de correções. É preciso que a comunidade escolar se envolva na construção do Projeto Político Pedagógico, para que todos sejam ouvidos evitando assim, que seja apenas um documento burocrático exigido pela Secretaria de Educação Municipal.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vania Carvalho de; COELHO, Geide Rosa; SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela. **Educação em tempo integral na educação infantil: um estudo das concepções e práticas no estado do Espírito Santo**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 4º; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 7, 2014, **Anais...** Porto: ANPAE, 2014. v. 1, p. 1-18.

_____. Vania Carvalho de. **Educação em tempo integral na educação infantil: um estudo das concepções e práticas no estado do Espírito Santo**. Vitória, ES, 2015a. [Relatório final de pesquisa].

_____. Vania Carvalho de. **Tempo integral na educação infantil: uma virtude pública?** Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, ES, ano 12, v. 19, n. 42, p. 13-28, jul./dez. 2015b.

_____. Vania Carvalho de. **O tempo integral na educação infantil: uma análise de suas concepções e práticas**. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.). **Educação infantil e jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Vitória: Edufes, 2015c. p. 19-59.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Resolução nº 05 de 17 de Dezembro de 2009. Brasília. 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1988. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/constituicao.htm>> Acessado em 10 mai. 2018.

_____. ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069**, 13 de julho de 1990.

_____. **LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394** de 20 de Dezembro de 1996. Brasília. 1996.

_____. MEC, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: formação Pessoal e social** vol. 2. Brasília. MEC/SEF. 1998.

_____. MEC, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Básica**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **O PNE 2011 – 2020: metas e estratégias**. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne2011_2020.pdf> Acessado em 12 mai. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Educação integral / educação e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira – Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em:
<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task> Acessado em 12 mai. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a Educação Integral**. Revista Paidéia, Ribeirão Preto, SP, v 20, n 46, maio/ago. 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. > Acessado em 12 mai. 2018.

_____, Ana Maria; COELHO, Lígia Martha. **Para onde caminham os Cieps? Uma análise após 15 anos**. Cad. Pesqui. [online]. 2003, n.119, pp.147-174. ISSN 1980-5314. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000200008>. > Acessado em 11 mai. 2018.

_____. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>.> Acessado em 12 mai. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.1015-1035. ISSN 1678-4626.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>.

FARIA, Lia. **Utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro.**In: Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/31713/22443>. > Acessado em 12 mai. 2018.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário do Aurélio Online.** Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>> Acessado em 10 mai. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: Inovações em Processo.** São Paulo: Paulo Freire, 2009.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Educação em Tempo Integral: implicações para o currículo da escola básica.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre, Mediação, 1998.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p

MORAES, Vânia Lúcia Ruas Chelotti de. **Escola de Tempo Integral: análise do processo de implementação em Campo Grande.** / Vânia Lúcia Ruas Chelotti. – Dourados, MS: UFGD, 2015. 144f. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADODOUTORADOEDUCACAO/V%C3%82NIA%20L%C3%9ACIA%20RUAS%20CHELOTTI%20DE%20MORAES.pdf>> Acessado em 11 de mai 2018.

MOTA, Cristina Nascimento da, 1982- M917p **O programa de Educação em Tempo Integral da Prefeitura Municipal de Vitória: contribuições para a avaliação de suas implicações na gestão escolar** / Cristina Nascimento da Mota. – 2013. 198 f. : il. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6613_CRISTINA%20NASCIMENTO%20DA%20MOTA.pdf> Acessado em 1 de agosto 2019

NARDOTO, E. **História de São Mateus. Colonização Portuguesa**. São Mateus: EDAL, 1999.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos**. Educ. Soc. Campinas, v.21, n. 73, 2000. Disponível em: Acesso em: 11 de jul. 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **A Gestão democrática na organização do trabalho escolar: a contribuição do PPP**. In: Educere – Congresso Nacional de Educação, XIII, 2009, Curitiba. Anais... São Paulo: PUCPR, 2009. Disponível em <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3584_2083.pdf> Acesso em: 16 dez. 2019.

PARO, Vitor Henrique, et al.. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988. Disponível em: <<http://vitorparo.com.br/escoladetempointegral.pdf>> Acessado em 12 mai. 2018.

PINTO, Silvana Maria da S. S. **Resgatando Vidas: construindo esperanças**. São Mateus: [s.n.], 1ª edição. São Mateus, ES: 2005.

SÃO MATEUS. **Decreto nº 7.649**, de 18 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre a mudança de nomenclatura de escolas e dá outras providências.

_____. Resolução nº 03, de 02 de abril de 2008. **Conselho Municipal de Educação de São Mateus – ES**. Resolução nº 03, de 02 de abril de 2008.

_____. **Plano Municipal de Ensino da Educação Infantil de São Mateus – ES**. Revisado em 2013.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.392**, de 26 de setembro de 2014. Dispõe sobre a criação do regime em tempo integral no Sistema Municipal de Ensino.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Educação infantil em tempo integral e bem-estar da criança como princípio de justiça**. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, ano 12, v. 19, n. 42, p. 29-44, jul./dez. 2015b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/12166>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SOUZA, Ediléia Alves Mendes. **Prática Pedagógica de Qualidade na educação infantil em escola de tempo integral: visão de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. 2012. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1104811> > Acessado em 11 de mai 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é Privilégio**. 5ª ed. Organização e apresentação de Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1994

APÊNDICES

APÊNDICE A – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Egidio Bordoni



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL
"EGIDIO BORDONI"

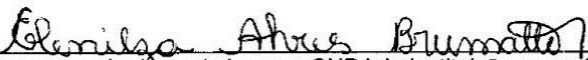
AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

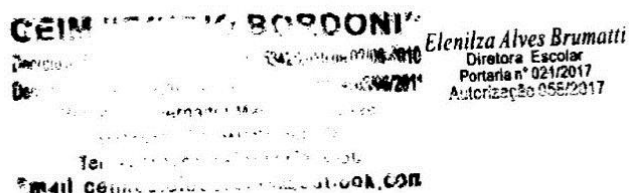
Eu, ELENILZA ALVES BRUMATTI, ocupante do cargo de Gestora Escolar no CEIM Egidio Bordoni/São Mateus-ES, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa "A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus/ES", sob a responsabilidade da pesquisadora ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA, tendo como objetivo primário, verificar como diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas, considerando o Projeto Político Pedagógico.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

São Mateus-ES, 18 de Novembro de 2019.


Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição co-participante

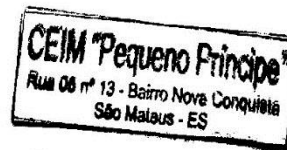


Rodovia Governador Mário Covas, 426, São Benedito, São Mateus-ES.
Tel. (27) 3763-3458/99974-2650
E-mail ceimegidiobordoni@outlook.com

APÊNDICE B – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Pequeno Príncipe



CEIM "Pequeno Príncipe"



AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, THAIANA PAGANI RONCATTO, ocupante do cargo de Gestora Escolar no CEIM Pequeno Príncipe/São Mateus-ES, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa "A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus/ES", sob a responsabilidade da pesquisadora ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA, tendo como objetivo primário, verificar como diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas, considerando o Projeto Político Pedagógico.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.


Fernando Alves Vieira
 Educador
 Nº Matrícula: 070647

São Mateus-ES, 18 de Novembro de 2019.

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição co-participante

Rua Cinco, Nº13 – Bairro Nova Conquista – São Mateus – ES - CEP: 29936-822

APÊNDICE C – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Claudia Scarinzi



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CLAUDIA SCARINZI"

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, FRANCIANI CALEGARI MATOS, ocupante do cargo de Gestora Escolar no CEIM Claudia Scarinzi/São Mateus-ES, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa "A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus/ES", sob a responsabilidade da pesquisadora ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA, tendo como objetivo primário, verificar como diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas, considerando o Projeto Político Pedagógico.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

São Mateus-ES, 18 de Novembro de 2019.

Larissa L. de Almeida Lima
Pedagoga
Mat.: 069951

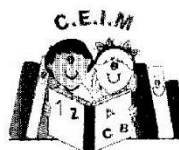
R. Matos

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição co-participante

CEIM "CLAUDIA SCARINZI"
Mantenedora: Pref. Mun. São Mateus - ES
Rua Projetada, s/n - Liberdade
São Mateus - Espírito Santo

Rua Projetada S/N- Bairro Liberdade
São Mateus- ES

APÊNDICE D – Autorização da Instituição co-participante – CEIM Paulo Freire



PAULO FREIRE

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL "PAULO FREIRE"

Rua Amazonas, s/n°, Vila Verde – São Mateus/ES
E-mail: ceimpaulofreiresmes@hotmail.com

CEIM "PAULO FREIRE"
Dec. de Criação 1106/03 - 01/01/03
Rua Amazonas, S/n - Vila Verde
CEP: 29040-310 - S. Mateus-ES

AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, VALÉRIA GABRIELA FOSCH, ocupante do cargo de Gestora Escolar no CEIM Paulo Freire/São Mateus-ES, autorizo a realização nesta instituição a pesquisa "A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus/ES", sob a responsabilidade da pesquisadora ALICE APARECIDA COSTA TURETTA FERREIRA, tendo como objetivo primário, verificar como diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas, considerando o Projeto Político Pedagógico.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

São Mateus-ES, 18 de Novembro de 2019.

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição co-participante

Valéria Gabriela Fosch
Diretora Escolar
Autorização 07/2019
Portaria nº 039/2019

APÊNDICE E – TCLE para os responsáveis pelo sujeito da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus/ES, conduzida por Alice Aparecida Costa Turetta Ferreira. Este estudo tem por objetivo verificar como a escola recebe a demanda em Tempo Integral dos Centros de Educação Infantil de São Mateus considerando a proposta pedagógica. E para obter êxito no alcance desse objetivo, faz-se necessário descrever como os diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas; Apresentar o Projeto Político Pedagógico da educação de Tempo Integral de quatro Centros de Educação Infantil de São Mateus/ES; Discorrer acerca do perfil dos alunos nessa modalidade de ensino; Sugerir propostas para a educação de Tempo Integral nos CEIMs de São Mateus/ES.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer subsídios para enriquecimento no que tange a apuração dos dados por intermédio de um roteiro de perguntas semiestruturadas abrangendo informações sobre a Educação Infantil de Tempo Integral, que será realizado Centro de Educação Infantil Municipal, pela pesquisadora em questão, na presença da direção escolar. A entrevista terá duração em média de 20 minutos. Também se faz necessário fomentar a importância do fornecimento e autorização das imagens para realização do trabalho.

Você foi selecionado(a) por fazer parte da comunidade escolar. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Por se tratar de uma pesquisa realizada na esfera educacional com abordagem qualitativa, os principais desconfortos que podem surgir relacionam-se à aplicação da entrevista seria a tomada do tempo ao responder bem como interferindo em sua rotina, ocasionado pelo possível caráter pessoal das perguntas e vazamento das informações pessoais. Por outro lado, o sigilo em relação à identidade do participante será mantido em todas as fases da investigação de modo a assegurar a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante, não mencionando nomes na redação e na divulgação dos resultados da pesquisa. Não haverá gastos para o participante, e, caso no decorrer da pesquisa seja necessário, este, será custeado pelo pesquisador.

APÊNDICE F – Entrevista – Coordenador Municipal de Educação Infantil – Secretaria de Educação – São Mateus/ES

1 – Qual a sua formação profissional?

2 – Há quanto tempo trabalha com a Educação Infantil? E em Tempo Integral?

3 – Atualmente, quantas instituições de Educação Infantil que atendem em Tempo Integral no município? Quantas crianças são contempladas?

4 – É necessário a existência de um currículo diferenciado para a Educação Infantil em Tempo Integral? Por que?

5 – O tempo que a criança fica na escola em Tempo Integral, poderia ser melhor aproveitado de maneira mais eficiente e significativa para a criança, quanto a organização curricular?

6 – Quais os planos que a SME tem em relação a Educação Infantil em Tempo Integral?

7 – Quais os desafios quanto a infraestrutura e a funcionários que a Educação Infantil integral enfrenta?

8 – São oferecidos cursos de formação continuada para os profissionais que trabalham nessas escolas?

APÊNDICE G – Entrevista – Diretor do CEIM

1 – Qual a sua formação profissional?

2 – Há quanto tempo trabalha com a Educação Infantil? E em Tempo Integral?

3 – Atualmente, quantas crianças são atendidas no CEIM? Qual é o perfil dos alunos?

4 – Quantos professores trabalham nesta escola?

5 – A escola recebe algum recurso financeiro a mais, para melhor se organizar e oferecer maior diversidade das atividades?

6 – Há muita procura de matrícula na instituição?

7– A escola possui alguma parceria? Como funciona? Quais as ações estes parceiros realizam junto à escola?

8 – Qual é a sua opinião sobre a escola em Tempo Integral nos moldes propostos pela secretaria de educação? Você modificaria alguma coisa? Por que?

9 – Quais as contribuições desta escola de Tempo Integral para as crianças do bairro? Como é o relacionamento entre a escola e as comunidades/famílias?

10 – Hoje, o PPP tem atendido as especificidades para o Tempo Integral?

APÊNDICE H – Entrevista – Pedagogo

1 – Qual a sua formação profissional?

2 – Há quanto tempo trabalha com a Educação Infantil? E no Tempo Integral?

3 – Na sua compreensão pedagógica, o que você considera mais significativo na proposta de Tempo Integral?

4 – Quais as dificuldades que percebe no nível de organização da escola?

5 – De tudo que precisa ser feito para a execução do PPP, o que considera de mais difícil?

6 – O que o PPP desta escola de Tempo Integral propõe de diferente do PPP de uma escola de tempo parcial?

7 – Qual é a sua opinião sobre a escola de Tempo Integral nos moldes propostos pela secretaria de educação? Você modificaria alguma coisa? Por que?

APÊNDICE I – Entrevista – Professor

1 – Qual a sua formação profissional?

2 – Há quanto tempo trabalha com a Educação Infantil? E em Tempo Integral?

3 – Hoje, o PPP tem atendido as especificidades para o Tempo Integral?

4 – É necessário a existência de um currículo diferenciado para a Educação Infantil em Tempo Integral? Por que?

5 – O tempo de permanência que a criança fica na escola, é aproveitado de maneira eficiente, garantindo uma aprendizagem real e significativa, para uma escola de Tempo Integral?

6 – Quais os desafios da Educação Infantil, no aspecto curricular da educação em Tempo Integral?

() reorganização curricular

() infraestrutura

() quadro de funcionários

() dois tempos distintos na escola

() planejamento articulado entre os dois turnos

7 – Há interesse das famílias pela aprendizagem dos alunos?

8 – O que poderia ser incluído no currículo da Educação Infantil, para garantir o direito de aprendizagem do aluno em Tempo Integral?

9 – Qual é a sua opinião sobre a escola de Tempo Integral nos moldes propostos pela secretaria de educação? Você modificaria alguma coisa? Por que?

APÊNDICE J – Entrevista – Responsáveis

1 – Quantos filhos estudam no CEIM?

2 – Por que você escolheu matricular seu (sua) filho (a) numa escola de Tempo Integral?

3 – O que a escola de Tempo Integral traz de vantagem em relação à escola de tempo parcial? E desvantagem?

4 – O que seu filho comenta sobre o tempo que passa na escola?

5 – A escola chama você para explicar os avanços de seu filho? Em quais situações você vem à escola?

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para realização da Pesquisa – Secretaria de Educação – São Mateus/ES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

São Mateus – ES, 03 de dezembro de 2019.

OF/PMSM/SME/Nº1632/2019

A: Sra. Alice Aparecida Costa Turetta Ferreira

Aluna do Curso de Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré.

Assunto: Autorização para realização de Pesquisa.

Prezada senhora,

Em atendimento à solicitação de autorização para realizar pesquisa com os diretores, professores, pedagogos, pais e alunos dos CEIM's em Tempo Integral (CEIM Egídio Bordoni, CEIM Pequeno Príncipe, CEIM Paulo Freire, CEIM Nossa Senhora Aparecida e CEIM Claudia Scarinzi) da Rede Municipal de Ensino de São Mateus-ES, para o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado: "A Educação Infantil de Tempo Integral no Município de São Mateus – ES.", cujo objetivo é verificar como os diferentes atores, que integram a escola, avaliam o processo de ampliação do tempo escolar em creches e pré-escolas, considerando o Projeto Político Pedagógico, venho, pelo presente, informar que **DEFIRO** o pedido.

Sem mais, para o presente, despeço-me registrando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

José Adilson Vieira de Jesus
Secretário Municipal de Educação
Portaria Nº 242/2018

José Adilson Vieira de Jesus
Secretário Municipal de Educação
Portaria Nº 242/2018